

▶ 54 VOTOS A FAVOR

SENADO APROVA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE

PROPOSTA QUE DESAGRADA MEMBROS DO MP E JUÍZES SEGUE AGORA PARA A CÂMARA

MARCELO CAMARGO/AGENCIA BRASIL

BRASÍLIA – Com respaldo das principais lideranças da base aliada e da oposição, o plenário do Senado aprovou ontem projeto que atualiza os crimes de autoridade. O placar foi de 54 a favor e 19 contra. A proposta segue para discussão na Câmara.

As negociações para votar a proposta na Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) e no mesmo dia no plenário começaram durante a madrugada, na residência oficial do Senado, e contou com a participação de representantes dos principais partidos da Casa.

Os senadores também aprovaram em 1º turno, por 75 votos a zero, a Proposta de Emenda à Constituição que estabelece o fim do foro privilegiado para políticos e autoridades em

casos de crime comum, como roubo e corrupção.

RELATOR

Nas discussões no plenário, o relator da proposta de abuso de autoridade, senador Roberto Requião (PMDB-PR), rejeitou todas as emendas apresentadas. Com isso, o texto que irá para discussão dos deputados foi o aprovado no início da tarde pela CCJ.

“O que estamos acabando é com uma visão corporativa de instituições que se consideram melhores que as outras. Não podemos ter instituições que interpretam as próprias leis”, ressaltou Requião ao defender a aprovação do relatório.

De acordo com o texto aprovado, cerca de 30 ações poderão ser consideradas abuso de autoridade.



RENAN CALHEIROS – Versão inicial do projeto, de autoria dele, foi duramente criticada por juízes

Entre elas, práticas como decretar a condução coercitiva de testemunha ou investigado sem prévia intimação ao juízo; fotografar ou filmar preso sem seu consentimento ou com o intuito de expô-lo a vexame; colocar algemas no detido quando não houver resistência à prisão e pedir vista de processo para atrasar o julgamento.

Requião recuou em alguns pontos polêmicos e alterou o trecho que trata do chamado crime de hermenêutica – a punição ao juiz por interpretar a lei de maneira não literal. Pelo novo texto, fica estabelecido que “a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura, por si só, abuso de autoridade”.

Agência Estado

O legado positivo de Rômel na Usiminas

informe publicitário

Em 20 de abril, a Usiminas divulgou seus resultados financeiros do primeiro trimestre, que se revelaram bastante positivos. O Ebitda consolidado da companhia foi de R\$ 533 milhões – o melhor resultado registrado nos últimos 11 trimestres, e que representa mais do dobro dos R\$ 243 milhões contabilizados no quarto trimestre de 2016. O lucro líquido consolidado foi de R\$ 108 milhões, revertendo-se assim o prejuízo líquido de R\$ 195 milhões observado no quarto trimestre do ano passado – ou seja, houve uma melhora de R\$ 303 milhões no resultado líquido.

Como acionista controladora da Usiminas, a Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation (NSSMC) gostaria de congratular a siderúrgica e seus colaboradores pelos excelentes resultados obtidos. E ressaltar, mais uma vez, a injustiça cometida por membros do Conselho de Administração da Usiminas ao destituir em 23 de março deste ano, sem justificativa, o CEO Rômel Erwin de Souza. Ele esteve no comando da companhia em 82 dos 90 dias do primeiro trimestre, o que torna os ótimos resultados financeiros do período um fruto de sua liderança e esforços contínuos em favor da Usiminas. A NSSMC entende que tais esforços se iniciaram a partir de 2015, quando Rômel liderou a reestruturação financeira da Usiminas, promovendo o aumento de capital da companhia, a renegociação de suas dívidas com bancos credores e a redução do capital da Musa em favor da Usiminas, entre outras medidas. Nesta árdua batalha se uniram todos os colaboradores da Usiminas, sob o comando de Rômel.

É espantoso para a NSSMC que o protagonista deste esforço para recuperar a situação financeira da Usiminas tenha sido destituído por meio de uma decisão injustificada, e hoje não ocupe mais a cadeira de CEO. Tratou-se de uma situação bastante distinta daquela de setembro de 2014, quando três diretores estatutários da Usiminas foram destituídos por “receberem pagamentos de forma irregular” – fato comprovado por uma auditoria interna, duas auditorias externas e pelo Comitê de Auditoria da Usiminas, e posteriormente confirmada pelos tribunais. No caso de Rômel, que foi afastado em maio de 2016 e em março de 2017, não houve qualquer ilegalidade. Pelo contrário, no contexto dos esforços de reestruturação financeira da Usiminas, Rômel realizou tratativas iniciais com sua fornecedora Mineração Usiminas S.A. (Musa) e diligentemente consubstanciou tais tratativas em um memorando entre as partes, sem efeito vinculativo. E para surpresa da NSSMC, busca-se alegar que Rômel não é merecedor da confiança do Conselho de Administração, quando na realidade os membros do Conselho de Administração deveriam ter reconhecido os esforços de Rômel em benefício da Usiminas. Trata-se, portanto, de situação diametralmente oposta à que deu causa à destituição dos diretores estatutários da Usiminas em setembro de 2014.

Como todos sabem, ocorreram no último ano várias mudanças no comando da Usiminas resultado de verdadeiras manobras ilegais. Isso mostra existirem partes focadas não nos melhores interesses da Usiminas, mas sim em impor sua vontade na escolha do CEO da companhia. O mesmo ocorreu na época da decisão sobre o aumento de capital da Usiminas: quem foi até praticamente o último minuto contrário à iniciativa, que permitiria renegociar as dívidas da siderúrgica com seus credores? Conforme noticiado na época pela imprensa, quem disse que não via problemas caso a Usiminas tivesse de pedir falência?

A NSSMC tem se dedicado há 60 anos aos melhores interesses da Usiminas – e essa postura continuará no futuro. Perguntamos quem merece mais confiança: o CEO que efetivamente melhorou os resultados da Usiminas e que desde o início apoiou de forma decisiva seu aumento de capital? Ou aqueles que, por interesses próprios, retiraram um executivo que conquistou excelentes resultados à força de seu cargo? E que parecem priorizar seus próprios interesses, mesmo que para isso a Usiminas vá a falência? A respeito da situação criada em torno da nomeação do CEO da Usiminas, a NSSMC tem a certeza de que ela só será solucionada caso se estabeleça um mecanismo de alternância de poder na companhia, apresentada pela NSSMC à Ternium-Techint desde o ano passado. Desta forma, cada um dos acionistas controladores nomearia o CEO e o presidente do Conselho de Administração, permitindo uma justa divisão dos postos-chave da Usiminas. Diante do momento atual, em que se começa a vislumbrar sinais de que a economia brasileira irá se recuperar, não há sentido em continuar com atritos sem sentido.

Não podemos, contudo, ficar calados diante de atos arbitrários e ilegais. Afinal, se há aqueles que tentam criar um ambiente de confusão na empresa, há outros que apoiam um CEO capaz de, em conjunto com os colaboradores da Usiminas, levar a empresa a um futuro brilhante. A NSSMC não irá desistir até que todos possam caminhar na direção deste futuro melhor para a Usiminas, para seus colaboradores, e para todos os seus stakeholders.

A NSSMC respeitosamente discorda da decisão proferida pelo juízo de primeira instância da Justiça Estadual de Minas Gerais na última segunda-feira, dia 24 de abril, que negou pedido liminar para o retorno de Rômel ao cargo de CEO da Usiminas, e pretende continuar buscando junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais a correção da ilegalidade cometida por membros do Conselho de Administração da Usiminas em 23 de março deste ano.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A.G.O. E.A.G.E. CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO LAGOA TRADE CENTER

O síndico do Condomínio do Edifício Lagoa Trade Center, no uso de suas atribuições contidas na legislação de regência e na convenção, convoca os senhores condôminos e locatários para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 03 de maio de 2017, na sala 202 (Pilotis) do edifício sito na Av. Antonio Abrahão Caran, n.º 820, em primeira convocação às 18:00 horas e em segunda convocação às 18:30 horas, para tratarem dos assuntos abaixo relacionados. E convoco os senhores condôminos para Assembleia Geral Extraordinária no mesmo local supramencionado, às 19:00 horas em primeira convocação e às 19:30 horas em segunda convocação, para tratarem dos assuntos, como seguem:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pautas:

- 1- Apreciação e aprovação das contas dos exercícios 2016, mediante parecer do Conselho Fiscal;
- 2- Atividades desenvolvidas;
- 3- Propostas a serem desenvolvidas;
 - a. Impermeabilização e revitalização das fachadas laterais de prédio;
 - 4- Assuntos diversos;
 - a. Instalação de ar condicionado;
 - b. Horário de realização de obras e mudanças;
 - c. Divulgação de salas a vendas e para aluguel;
- 5- Revisão no valor do condomínio;
- 6- Palavra livre;

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PELOS PROPRIETÁRIOS E/OU PROCURADORES

Pautas:

- 1- Revisão de contratos de alugueis:
 - a. Gente e Gestão;
 - b. Claro;
 - c. Término de contrato da UOL-DIVEO;
- 2- Obra de revitalização, frente e calçada do prédio;
- 3- Repasse de receitas;
- 4- Palavra livre;

Belo Horizonte, 20 de abril de 2017.
Condomínio do Edifício Lagoa Trade Center
Síndico

A CENTENNIAL BRASIL TORRES DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA e a Operadora **CLARO S/A**, em atendimento à legislação vigente e em especial às Leis Municipais nº 7.277/97 e nº 8.201/01, torna público que solicitou requerimentos de Licenças Prévia (LP) e de Implantação (LI) ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM, para as Estações Rádio Base (ERB's): **BRMG0210/MGCNO21** a ser instalada à Avenida Waldomiro Lobo, nº 950 - Bairro Guarani | **BRMG0223/MGCJA21** a ser instalada à Rua Donato da Fonseca, nº 199 - Bairro Coração de Jesus, em Belo Horizonte/MG. Informa ainda que os RIMA's encontram à disposição para a consulta na Gerência Executiva do COMAM - GEXMA/SMMA, Av. Álvares Cabral, 217/12º andar - Bairro Centro, e que se encontra aberto o prazo para a solicitação de realização de audiência pública conforme definido no art. 3º, § 1º da Deliberação Normativa 39/02 do COMAM.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

FRANCISCO SOARES DA SILVA JUNIOR (RG n.º 875255 e CPF/MF n.º 407.944.313-72) DECLARA suas intenções de exercer cargo estatutário na Diretoria do **BANCO OLÉ BONSUCESSO CIGNADO S.A.** (CNPJ/MF nº 71.371.686/0001-75), na posição de Diretor Presidente, e que preenche as condições estabelecidas no art. 2º do Regulamento Anexo II à Resolução n.º 4.122, de 2 de agosto de 2012. Ainda, ESCLARECE que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. **BANCO CENTRAL DO BRASIL** - Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Gerência Técnica em São Paulo I - GTSP1 - Avenida Paulista 1804 - 5º andar - 01310-922 - São Paulo - SP

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL Nº 072/2017

O HOSPITAL MATER DEI S.A. por determinação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental do Município de Betim - CODEMA, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 18.529/2017, a Autorização Ambiental Nº 072/2017 para atividade de instalação de 02 (DOIS) engenhos de publicidade, situados na Via Expressa, nº 15.500, Bairro Duque de Caxias, Betim/MG.

Betim, 24 de abril de 2017

HOSPITAL VERA CRUZ S/A

CNPJ/MF 17.163.528/0001-84 - NIRE 31300038873-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convindamos os Senhores Acionistas do Hospital Vera Cruz S/A ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 05 de maio de 2017, às 10:00 horas, na Rua dos Timbiras, nº 3.156, 10º andar, Barro Preto, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-062, a fim de deliberar sobre: (i) aceitação da renúncia do Sr. Luciano Fialho de Pinho do cargo de Diretor Clínico e de Operações da Companhia; (ii) a eleição dos novos membros da Diretoria da Companhia; e (iii) a alteração e consolidação do seu Estatuto Social. Informamos aos Senhores Acionistas que todos os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na Assembleia ora convocada, inclusive minuta do Estatuto Social a ser alterado, estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, desde esta data. Belo Horizonte, 27 de abril de 2017.
André Simão Osório de Barros
Diretor Presidente e Administrativo Financeiro

MUNICÍPIO DE CURVELO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 019/2017
Objeto: Registro de preços para serviços de manutenção corretiva/preventiva de veículos - com itens exclusivos para ME, EPP ou equiparadas. A sessão será à Av. D. Pedro II, Nº 487, dia 15/5/17 às 9h. Inf./retirada Edital: (38)3722-2617. Av. D. Pedro II, 487, 2ª a 6ª feira, de 8 a 10 e de 12 a 18h.
Curvelo, 26/4/17. CPJL

DELTA 4 ENERGIA S.A. CNPJ nº 26.136.557/0001-48 Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)			
Balanco Patrimonial		Demonstrações dos Fluxos de Caixa	
Ativo	31/12/16	Passivo e Passivo a Descoberto	31/12/16
Ativo circulante		Passivo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	-	Fornecedores	178
Outros créditos	2.500	Outras obrigações	5.017
Total do ativo circulante	2.500	Provisões diversas	280
Ativo não circulante		Total do passivo circulante	5.475
Imobilizado	7.612	Total do passivo	5.475
	7.612	Capital social	4.637
Total do ativo não circulante	7.612	Total do patrimônio líquido	4.637
Total do ativo	10.112	Total do passivo e passivo a descoberto	10.112
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social	Total
		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		4.637	4.637
Aumento de capital - versão de bens e direitos		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		4.637	4.637

XPTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
CNPJ 07.044.527/0001-67 / NIRE 3130002122-0. **AVISO AOS ACIONISTAS.** Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, sita na Av. Raja Gabaglia, nº 1.093, 7º andar, Bairro Luxemburgo, Belo Horizonte/MG, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei n. 6.404/76. Belo Horizonte, 20 de abril de 2017. A ADMINISTRAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ/MG
PA 070/2017 PP 013/2017 - Obj: Prestação de serviço de Acolhimento Institucional de idosos. Credenc: 12/05/2017 de 09h00m às 09h15m. Abert: 12/05/2017 às 09h15m. Edital disponível site www.ibirite.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIAPÓ DE MINAS - MG
Torna pública a realização de **Processo Administrativo Licitatório nº 049/2017**, modalidade **Pregão Presencial nº 017/2017**, tipo: Menor Preço Item, visando o OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cilindros e recargas de oxigênio medicinal, acetal, acetileno, oxido nitroso e vacuômetro para rede de oxigênio objetivando a manutenção dos serviços de saúde no município e a Prefeitura Municipal junto com suas secretarias. Sessão para Abertura e Julgamento: dia 11 de maio de 2017, a partir das 09:00h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada à Rua Turmalina, 200, Centro, 39.645-000. Edital e informações: (33) 3738-9002 das 08h às 12h e das 14h às 17h ou pelo email licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIAPÓ DE MINAS - MG
Torna pública a realização de **Processo Administrativo Licitatório nº 048/2017**, modalidade **Pregão Presencial nº 016/2017**, tipo: Menor Preço Item, visando o OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para atender o Departamento Municipal de Educação - Merenda Escolar e a Prefeitura Municipal junto com suas secretarias. Sessão para Abertura e Julgamento: dia 10 de maio de 2017, a partir das 09:00h, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, situada à Rua Turmalina, 200, Centro, 39.645-000. Edital e informações: (33) 3738-9002 das 08h às 12h e das 14h às 17h ou pelo email licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br.

MUSCA ENERGIA S.A. CNPJ nº 18.496.502/0001-10 Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)											
Balancos Patrimoniais		Controladora		Consolidado		Demonstrações de Resultados		Controladora		Consolidado	
Ativo/Ativo circulante	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa	23	34	148	14.804	33	14	16.278	10.238	4	5.800	5.830
Outros créditos	4	-	879	85	-	-	9.496	9.709	(122)	-	(119)
Tributos a recuperar	121	135	353	340	-	-	3.243	-	32	-	3.023
Ativo não circulante	78.446	51.669	196.681	130.428	13	13	102.645	83.595	-	-	577
Investimentos	78.446	51.669	196.681	130.428	-	-	-	-	-	-	(1.465)
Imobilizado	-	-	196.681	130.155	-	1	35	66	-	-	-
Intangível	-	-	-	273	-	-	3.196	448	-	-	-
Total do ativo	78.594	51.838	198.061	145.657	103.222	83.595	102.645	83.595	31	5.228	11.102
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Controladora		Consolidado		Demonstrações de Resultados		Controladora		Consolidado	
Saldos em 31/12/2014		47.379		-		-		-		-	
Aumento de capital		1.100		-		-		-		-	
Adiantamento p/futuro aumento de capital		-		3.810		-		-		-	
Prejuízo do exercício		-		(141)		(141)		-		-	
Saldos em 31/12/2015		48.479		3.810		(465)		881		465	
Aumento de capital		30.963		(3.810)		-		-		-	
Prejuízo do exercício		-		(416)		(416)		-		-	
Saldos em 31/12/2016		79.442		-		(881)		78.561		51.824	
As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos acionistas e demais interessados na Sede da Companhia											

RIO POMBA ENERGÉTICA S.A.

CNPJ Nº 08.375.696/0001-42

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31/12/2016 E 2015 (Em MRS)			DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EM 31/12/2016 E 2015 (Em MRS)					
ATIVO	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Circulante	6.453	6.106	14.899	16.045	14.899	16.045	(2)	131
Caixa e equivalentes de caixa	383	446	(7.767)	(7.948)	(7.767)	(7.948)	165	133
Contas a receber	3.163	2.294	7.132	8.097	7.132	8.097	(167)	(2)
Despesas antecipadas	525	1.403	(1.885)	(17)	(1.885)	(17)	5.245	8.211
Empréstimos a receber	2.010	1.507	(1.903)	(10)	(1.903)	(10)	-	-
Estoques	322	297	18	(7)	18	(7)	(535)	(526)
Impostos a recuperar	49	158	5.247	8.080	5.247	8.080	4.710	7.685
Outras contas a receber	1	1	-	-	-	-	-	-
Não circulante	78.388	83.510	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	508	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	7	7	-	-	-	-	-	-
Intangível	9.071	9.769	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	68.802	73.734	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	84.841	89.616	14.899	16.045	14.899	16.045	2.962	7.685
PASSIVO	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Circulante	3.311	3.229	384	-	384	-	-	(384)
Contas a pagar	1.885	895	-	-	-	-	-	(1.825)
Impostos e contribuições a recolher	307	300	-	-	-	-	-	(8.438)
Dividendos a pagar	1.119	1.825	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	219	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	81.530	86.377	14.515	16.045	14.515	16.045	2.962	7.685
Capital social	30.971	30.971	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	12.132	14.020	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	38.427	41.386	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	84.841	89.616	30.971	5.818	30.971	5.818	38.427	81.530
Carlos Gustavo Nogari Andrioli - Diretor - CPF: 861.403.379-68. Antonio Fonseca dos Santos - Diretor - CPF: 393.159.839-04. Hamilton Ferreira da Silva - Controller - CRC: ISP-217225-O. Murilo Cantarino da Costa Siqueira Mendes - Contador - CRC: RJ-123027/O-0								

Gran Viver Urbanismo S.A.

CNPJ: 01.464.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6.3 Despesas de comissionamento - As despesas de comissões com a venda de lotes são apropriadas ao resultado observando o critério de apropriação de receita, descrito na nota explicativa nº 6.2. **6.4 Custo de empréstimos** - Os custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, uma vez que a totalidade das captações da Companhia foram obtidas para utilização como capital de giro. **6.5 Tributação** - A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **6.5.1 Impostos correntes** - A provisão para imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis em outros exercícios. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O Grupo é optante pelo regime de lucro presumido e apura os valores a pagar pelo regime de caixa. **6.5.2 Impostos diferidos** - O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a Cofins diferidos são decorrentes da diferença entre o reconhecimento da receita pelo critério societário, descrito na nota explicativa nº 6.2, e o critério fiscal em que a receita é tributada no momento do recebimento. O saldo a realizar no exercício seguinte é reconhecido no passivo circulante. **6.6 Estoques** - Representam os lotes disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2016. O custo unitário de cada lote é formado pela apuração do custo do empreendimento, dividido pelo total de lotes deste empreendimento. O valor do custo incorrido de cada unidade não excede o valor de mercado. São compostos por: • Terrenos - os terrenos adquiridos são demonstrados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O registro do terreno é efetuado apenas por ocasião da lavratura da escritura do imóvel, não sendo reconhecido nas demonstrações financeiras enquanto em fase de negociação, independentemente da probabilidade de sucesso ou estágio de andamento das mesmas. A classificação entre circulante e não circulante é feita tendo como base a expectativa de início do empreendimento. • Unidades concluídas ou em construção - os estoques das unidades concluídas ou em construção e ainda não vendidas são demonstrados pelo valor do custo incorrido de cada unidade até a entrega da obra, os quais não excedem o valor de mercado. O custo incorrido compreende construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), despesas de legalização do terreno e empreendimento. **6.7 Imobilizado** - Está demonstrado ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida com base na taxa fiscal de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.8 Instrumentos financeiros - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **6.8.1 Ativos financeiros não derivativos** - Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros "disponíveis para venda" e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. (a) Método de juros efetivos - O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. (b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: • For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo. • No reconhecimento inicial, é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que o Grupo administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo. • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria. O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos. Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento do Grupo, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base. • Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividêndos ou juros auferidos pelo ativo financeiro. (c) Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A seguir, demonstramos o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos ativos financeiros da Companhia e controladas: (a) Caixa e equivalentes de caixa - São considerados caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes

bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original igual ou menor do que 90 dias e que tem baixo risco de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço, em base pro rata temporis, não superiores ao valor de realização. (b) Clientes - Correspondem aos valores a receber da venda das unidades imobiliárias, reconhecidos inicialmente conforme já descrito acima, atualizados pelas condições contratuais estabelecidas, líquidos do ajuste a valor presente e de provisão para devedores duvidosos, quando aplicável, e classificados como empréstimos e recebíveis. (c) Créditos com empresas ligadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre a Companhia e suas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a Companhia e as partes relacionadas e classificadas como empréstimos e recebíveis. **6.8.2 Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de registro na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou quitadas. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. **6.9 Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **6.10 Determinação do valor justo** - Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **6.11 Redução ao valor recuperável (impairment)** - **6.11.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **6.11.2 Ativos não financeiros** - Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço. **6.12 Determinação do ajuste a valor presente** - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a juros pré-fixados são ajustados a seu valor presente, com base em taxa de juros efetiva. **6.13 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

7. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOPTADAS

a) Alterações e revisões das normas - No exercício corrente, o Grupo aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRS e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2016. • IFRS 11 - Negócios em conjunto; • IAS 16 e IAS 18 Imobilizado e Intangível; • IFRS 7 - Instrumentos financeiros; • IAS 19 - Benefícios a empregados. A aplicação das normas acima não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras. Novos pronunciamentos emitidos e alterações nas normas, mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2016, e ainda não adotadas: Vigência a partir de 1º de janeiro de 2017: Modificações ao IAS 12 - Reconhecimento de imposto de renda diferido (IRD) ativo para perdas não realizadas; Modificações às IAS 7 - Demonstrações de fluxos de caixa: essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações financeiras avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento; IFRS 9 - Instrumentos financeiros: substitui a norma anterior sobre instrumentos financeiros IAS 39, traz medidas relacionadas aos requisitos de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. A aplicação das normas acima não resultou em impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2018 e 2019: • IFRS 9 - Instrumentos financeiros; • IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes; • IFRS 16 - Arrendamento mercantil. A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos acima. Especificamente em relação ao IFRS 15, Este pronunciamento estabelece nova regra a ser aplicada às receitas originadas de contratos com clientes, a partir dos exercícios a se iniciarem em 1º de janeiro de 2018. Os princípios no CPC 47 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A nova norma é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. A Companhia está atualmente avaliando o impacto deste pronunciamento e planeja adotar a nova norma na data efetiva de entrada em vigor. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

8. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentadas para fins de comparação foram ajustadas e estão sendo reapresentadas de forma retrospectiva desde 1º de janeiro de 2015, como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em função das adequações em seus controles internos relacionados ao registro do valor justo dos terrenos e aplicação do percentual POC, de acordo com valor justo do terreno.

	01/01/2015					
	Controladora			Consolidado		
	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado
Ativo						
Ativo circulante						
Estoques	8.553	-	8.553	121.794	6.424	128.218
Outros ativos	64.188	-	64.188	93.036	-	93.036
Total do circulante	72.741	-	72.741	214.830	6.424	221.254
Ativo não circulante						
Investimento	106.330	958	107.288	3.354	-	3.354
Outros ativos não circulantes	72.737	-	72.737	235.400	-	235.400
Total do não circulante	179.067	958	180.025	238.754	-	238.754
Total do ativo	251.808	958	252.766	453.584	6.424	460.008
Passivo						
Passivo circulante						
Total do passivo circulante	69.281	-	69.281	138.492	-	138.492
Total passivo não circulante	86.247	-	86.247	108.795	-	108.795
Patrimônio líquido						
Capital social	8.657	-	8.657	8.657	-	8.657
Reserva de capital	35.900	-	35.900	35.900	-	35.900
Reservas de lucros	51.723	958	52.681	51.723	958	52.681
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores	96.280	958	97.238	96.280	958	97.238
Participações de não controladores	-	-	-	110.017	5.466	115.483
Total do patrimônio líquido	96.280	958	97.238	206.297	6.424	212.721
Total do passivo e patrimônio líquido	251.808	958	252.766	453.584	6.424	460.008

Demonstração do resultado

	31/12/2015					
	Controladora			Consolidado		
	Saldo original	Ajuste	Saldo rerepresentado	Saldo original	Ajuste	Saldo rerepresentado
Receita operacional líquida	9.113	-	9.113	182.657	(1.564)	181.093
Custo dos imóveis vendidos	(357)	-	(357)	(58.093)	-	(58.093)
Lucro bruto	8.756	-	8.756	124.564	(1.564)	123.000
Receitas (despesas) operacionais						
Equivalência patrimonial	51.672	(250)	51.422	45	-	45
Outros	(20.783)	-	(20.783)	(40.486)	-	(40.486)
Lucro antes do resultado financeiro	39.645	(250)	39.395	84.123	(1.564)	82.559
Resultado financeiro líquido	(21.208)	-	(21.208)	(22.617)	-	(22.617)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	18.437	(250)	18.187	61.506	(1.564)	59.942
Imposto de renda e contribuição social correntes	(3.037)	-	(3.037)	(9.080)	-	(9.080)
Resultado do exercício	15.400	(250)	15.150	52.426	(1.564)	50.862
Resultado atribuído para:						
Acionistas controladores	15.400	(250)	15.150	15.400	(250)	15.150
Acionistas não controladores	-	-	-	37.026	(1.314)	35.712
Resultado do exercício	15.400	(250)	15.150	52.426	(1.564)	50.862

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2015					
	Controladora			Consolidado		
	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado
Resultado do exercício	15.400	(250)	15.150	52.426	(1.564)	50.862
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	15.400	(250)	15.150	52.426	(1.564)	50.862
Resultado abrangente atribuível aos:						
Acionistas controladores	15.400	(250)	15.150	15.400	(250)	15.150
Acionistas não controladores	-	-	-	37.026	(1.314)	35.712
Resultado abrangente total	15.400	(250)	15.150	52.426	(1.564)	50.862

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2015					
	Controladora			Consolidado		
	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado	Saldo original	Ajustes	Saldo rerepresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do exercício	15.400	(250)	15.150	52.426	(1.564)	50.862
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais						
- Imposto de renda e contribuição social	3.037	-	3.037	9.080	-	9.080
- Equivalência Patrimonial	(51.672)	250	(51.422)	45	-	45
- Apropriação Receita - Cessão Recebíveis	-	-	-	1.564	-	1.564
- Constituição (Reversão) de AVP	(128)	-	(128)	1.910	(3.820)	(1.910)
- Outros ajustes	16.500	-	16.500	18.777	-	18.777
Outros ajustes	(16.863)	-	(16.863)	82.238	(3.820)	78.418
Aumento (redução) dos ativos						
Contas a receber de clientes	9.763	-	9.763	(34.967)	3.820	(31.147)
Outros	2.531	-	2.531	(17.426)	-	(17.426)
Aumento (redução) de passivos	69.784	-	69.784	(1.931)	-	(1.931)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	65.215	-	65.215	27.914	-	27.914
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(14.277)	-	(14.277)	(14.577)	-	(14.577)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(58.449)	-	(58.449)	(17.673)	-	(17.673)
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa	(7.511)	-	(7.511)	(4.336)	-	(4.336)
No início do período	9.349	-	9.349	19.871	-	19.871
No fim do período	1.838	-	1.838	15.535	-	15.535
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	(7.511)	-	(7.511)	(4.336)	-	(4.336)

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa	10	27	138	193
Bancos conta movimento	974	1.539	5.151	9.817
Aplicações financeiras	304	272	475	5.525
	1.288	1.838	5.764	15.535

A seleção da modalidade de aplicação dos recursos do Grupo é realizada dentro de um perfil conservador, referindo-se, substancialmente, a CDBs com remuneração de 100% do CDI.

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2015			
	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Aplicações financeiras	7.806	9.380	8.870	9.809
Circulante	7.806	9.380	8.870	9.809
Aplicações financeiras	4.983	7.236	4.983	7.236
Não circulante	4.983	7.236	4.983	7.236

As maiores concentrações das aplicações são recursos retidos pelo CRI (Fundo de Obras e Fundo de Liquidez) e recurso da nova captação de empréstimo junto ao Banco Pan. O Fundo de Obras já foi quase todo liberado conforme andamento das obras relacionadas no CRI, atestadas o seu andamento através de medições por equipe especializada contratada para este fim. O Fundo de Liquidez fica retido até a liquidação das debêntures, sofrendo alteração do seu montante em função da avaliação das amortizações extraordinárias realizadas no CRI. A rentabilidade tem como indexador 99% CDI. O recurso do Banco Pan será liberado mediante registro da alienação do imóvel que foi dado em garantia. A rentabilidade tem como indexador 100% CDI. A exposição do Grupo a riscos de liquidez e mercado são divulgadas na nota explicativa 25.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes por empreendimento podem ser assim demonstradas:

Empreendimentos	2016			2015		
	Não Circulante		Total	Não Circulante		Total
	Circulante	circulante		Circulante	circulante	
Loteamento Viena	2.975	1.922	4.897	795	4.348	5.143
Gran Royale Aeroporto	2.549	3.709	6.258	1.778	5.887	7.665
Ville Royale Divinópolis	1	-	1	54	49	103
Residencial das Minas Gerais (Camargos)	1.253	-	1.253	1.107	-	1.107
Alta Villa Varginha	438	1.191	1.629	586	1.668	2.254
Villa Casa Branca	119	346	465	239	356	595
Villa Verde Betim	1.455	4.748	6.203	2.038	7.919	9.957
Walchir Resende	114	243	357	544	983	1.527
Gran Royale Confins Casas	79	408	487	62	384	446
Gran Royale Igarapé - GV	57	262	319	35	242	277
Gran Royale Pirâmide - GV	1.145	1.776	2.921	2.071	4.217	6.288
Outros	-	17	17	28	11	

Gran Viver Urbanismo S.A.

3

CNPJ: 01.464.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Empreendimentos	2016			2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Cidade Verde Ipatinga	2.504	4.560	7.064	1.851	6.669	8.520
Residencial Park (Gran Park)	3.933	4.285	8.218	2.711	8.838	11.549
Residencial Park (Villas Park)	3.169	10.788	13.957	2.281	11.710	13.991
Residencial Park (Toscana A)	6.399	24.296	30.695	9.377	16.375	25.752
Residencial Park (Toscana II)	517	1.574	2.091	-	-	-
Gran Royale Casa Branca - Etapa I	1.891	3.770	5.661	1.589	5.077	6.666
Eco Casa Branca	3.430	13.075	16.505	2.581	13.574	16.155
Reserva de Piedade	87	457	544	79	437	516
Gran Royale Igarapé	2.917	10.141	13.058	1.905	7.442	9.347
Gran Royale Betim	2.743	7.606	10.349	1.841	8.539	10.380
Gran Royale Ipatinga	3.896	5.899	9.795	1.995	6.964	8.959
Gran Royale Lagoa Santa	7.859	34.852	42.711	5.877	31.216	37.093
Gran Park Esmeraldas	152	289	441	17	147	164
Alta Villa Lavras	2.574	9.963	12.537	2.323	10.376	12.699
Alta Villa Bom Jesus	345	861	1.206	472	2.494	2.966
Gran Ville Igarapé	3.590	15.701	19.291	2.428	15.817	18.245
Gran Park Bom Despacho	3.166	13.593	16.759	3.613	15.738	19.351
Nova Congonhas	3.676	16.850	20.526	3.004	19.376	22.380
Cidade Verde São João Del Rey	2.103	8.863	10.966	2.304	10.915	13.219
Eco Villas Tijoco	379	1.961	2.340	188	1.082	1.270
Vista Bela Igarapé	89	582	671	-	-	-
Gran Park Nova Serrana	465	1.611	2.076	437	2.095	2.532
Cidade Verde Prudente de Moraes	1.874	8.655	10.529	1.905	10.937	12.842
Cidade Verde Serra	1.886	6.628	8.514	-	-	-
Gran Royale Lagoa Verde	1.814	7.068	8.882	1.027	4.936	5.963
Alta Villa Betim	114	668	782	132	1.027	1.159
SCP Gran Park Teófilo Otoni	-	-	-	49	163	212
Alta Villa Teófilo Otoni	239	682	921	274	1.200	1.474
Outros	-	18	18	28	11	39
(-) Ajuste valor presente	(4.292)	(16.934)	(21.226)	(3.770)	(18.588)	(22.358)
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(4.849)	-	(4.849)	(2.794)	-	(2.794)
Consolidado	65.937	223.666	289.603	55.654	233.300	288.954

Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro 2014	-	-	1.739	2.963
Constituição	-	-	1.112	3.755
Reversão	-	-	(1.641)	(3.024)
Saldo em 31 de dezembro 2015	-	-	1.210	2.794
Constituição	-	-	655	4.191
Reversão	-	-	(327)	(2.136)
Saldo em 31 de dezembro 2016	-	-	1.538	4.849

Os valores relativos a clientes por incorporação de imóveis incluem: Contratos prefixados com parcelas fixas, ou contratos pós-fixados. Os contratos pós-fixados são atualizados pelo IGPM. O ajuste a valor presente é calculado com base no custo médio de capital para os contratos prefixados com parcelas fixas, ou contratos pós-fixados com reajustes somente por inflação. A taxa utilizada pelo Grupo é calculada através da ponderação entre custo do capital de terceiros e custo do capital próprio. A taxa WACC de 7,28% para o exercício de 2016 (6,21% em 2015). A ACLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é calculada mensalmente através da análise do saldo em aberto do cliente com o valor atualizado de tabela para uma nova venda deste imóvel. Se o saldo devedor for maior que o valor de uma possível comercialização da unidade imobiliária é feita a provisão da perda pela diferença entre estes dois valores. Se o saldo devedor for menor, não se provisiona nada. A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa 25.

12. ESTOQUES

Em 31 de dezembro, os estoques estão assim demonstrados e são representados por imóveis a serem vendidos e terrenos para futuras incorporações:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Estoque acabado	1.269	1.809	16.670	11.362
Terrenos	1.166	1.168	25.990	18.486
Estoque em construção	1.326	2.708	103.536	107.331
	3.761	5.685	146.196	137.179

13. DIVIDENDOS A RECEBER

	2016	2015
Alta Villa Bom Jesus Empreendimento	-	480
Alta Villa Lavras Empreendimentos Imobiliários	1.082	2.066
Cidade Verde Barbacena Loteamentos	2.166	2.902
Cidade Verde São João Del Rey	586	2.287
C.S. Caxinguelê e Sorte Loteamento	234	1.120
Gran Park Bom Despacho Empreendimento	-	1.321
Gran Royale Igarapé Empreendimentos Imobiliários	3.223	2.452
Gran Royale Lagoa Santa Empreendimentos Imobiliários	13.362	11.431
Gran Ville Igarapé Empreendimentos Imobiliários	5.239	5.323
Horsth e Sorte Empreendimentos Imobiliários	34	1.624
Lca Desenvolvimento Imobiliário Ltda	2.737	1.283
MGV Empreendimentos Imobiliários	10.212	9.983
Nova Congonhas Empreendimentos Imobiliários	3.532	5.344
Residencial Park Empreendimentos Imobiliários	785	1.896
Outros	338	363
Controladora	43.530	49.875
Gran Royale Pirâmide Empreendimentos Imobiliários	139	139
SCP Villa Romana	199	198
Consolidado	338	337

14. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS

A Companhia e suas controladas adotam, como facultadas pela legislação fiscal vigente, o regime do lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de vendas de imóveis recebida (regime de caixa), líquido de devoluções e descontos e de 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos. Demais receitas, se houver, será aplicada alíquota dos impostos direto, sem presunção. Passivos fiscais diferidos reconhecidos - As obrigações tributárias estão representadas por tributos correntes e diferidos de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, uma vez que o Grupo é tributado pelo regime de caixa. Os tributos diferidos estão registrados no passivo não circulante. A movimentação nos períodos apresentados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Pis/Cofins	IR/CSLL	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.694	3.549	5.243	5.243
Realização	(706)	(1)	(707)	(707)
Constituição	353	839	1.192	1.192
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.341	4.387	5.728	5.728
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.341	4.387	5.728	5.728
Realização	(713)	(1.737)	(2.450)	(2.450)
Constituição	278	2.088	2.366	2.366
Saldo em 31 de dezembro de 2016	906	4.738	5.644	5.644
Saldo em 31 de dezembro de 2014	9.702	9.714	19.416	19.416
Realização	(460)	239	(221)	(221)
Constituição	255	1.047	1.302	1.302
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.497	11.000	20.497	20.497
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.497	11.000	20.497	20.497
Realização	(4.668)	(6.429)	(11.097)	(11.097)
Constituição	4.681	5.958	10.639	10.639
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.510	10.529	20.039	20.039

A conciliação das despesas de IRPJ e CSLL, nominais e efetivas, nos exercícios de 2016 e de 2015, foi como segue:

	Controladora			Controladora		
	31/12/2016	31/12/2016	TOTAL	31/12/2015	31/12/2015	TOTAL
Receita de Incorporação Imobiliária	9.103	9.103	18.206	9.113	9.113	18.226
Alíquota	8%	12%	12%	8%	12%	12%
Lucro Presumido	-	-	-	-	-	-
Incorporação Imobiliária	728	1.092	1.820	729	1.094	1.823
Receitas Financeiras	6.026	6.026	12.052	7.565	7.565	15.120
Outras Receitas	248	248	496	142	142	284
Base de Cálculo	7.003	7.367	14.370	8.436	8.801	17.237
Alíquota nominal	25%	9%	17%	25%	9%	17%
IRPJ e CSLL no individual	1.751	663	2.414	2.109	792	2.901
Outros	(307)	(19)	(326)	30	106	406
Despesas no resultado	1.444	644	2.088	2.139	898	3.037
Composição da despesa no resultado	-	-	-	-	-	-
Corrente	1.496	676	2.172	1.807	745	2.552
Diferida	(52)	(32)	(84)	332	153	485
Total	1.444	644	2.088	2.139	898	3.037
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-

	Controladora			Controladora		
	31/12/2016	31/12/2016	TOTAL	31/12/2015	31/12/2015	TOTAL
Receita de Incorporação Imobiliária	123.303	123.303	246.606	181.093	181.093	362.186
Alíquota	8%	12%	10%	8%	12%	10%
Lucro Presumido	-	-	-	-	-	-
Incorporação Imobiliária	9.864	14.796	24.660	14.487	21.731	36.218
Receitas Financeiras	7.075	7.075	14.150	9.388	9.388	18.776
Outras Receitas	172	172	344	250	250	500
Base de Cálculo	17.111	22.043	39.154	24.125	31.369	55.494
Alíquota nominal	25%	9%	17%	25%	9%	17%
IRPJ e CSLL no individual	4.278	1.984	6.262	6.031	2.823	8.854
Outros	(356)	51	(305)	41	185	226
Despesas no resultado	3.922	2.035	5.957	6.072	3.008	9.080
Composição da despesa no resultado	-	-	-	-	-	-
Corrente	4.209	2.206	6.415	5.272	2.727	7.999
Diferida	(287)	(171)	(458)	800	281	1.081
Total	3.922	2.035	5.957	6.072	3.008	9.080

15. ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão assim demonstrados:

	Ativo		Passivo	
	2016	2015	2016	2015
SCP Sorte - Residencial MG	585	485	-	-
Semear Participações S/A	-	-	4.116	-
Controladora	585	485	4.116	-
Consolidado	585	485	4.116	-

16. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro, os investimentos após o reconhecimento da equivalência patrimonial, ficaram assim demonstrados:

	2016			2015		
	AFAC	Investimento	Total	AFAC	Investimento	Total
3100 Cs Caxinguelê e Sorte Loteamento S/A	191	2.580	2.771	-	2.594	2.594
3101 Residencial Park Empreend. Imob. S/A	27.084	(1.288)	25.796	19.050	453	19.503
3102 Horsth E Sorte Empreend. Imob.	4.276	(1.299)	2.977	4.220	(1.294)	2.926
3103 Cidade Verde Barbacena Loteamento	2.484	(642)	1.842	2.434	(684)	1.750
3104 Gran Royale Lagoa Santa Empreendimento	21.973	(6.263)	15.710	19.569	(3.780)	15.789
3105 Mgv Empreendimentos Imobiliários	3.672	1.742	5.414	3.018	2.672	5.690
3107 Nova Congonhas	10.340	(1.940)	8.400	10.044	(1.947)	8.097
3108 Gran Royale Betim	11.152	(3.174)	7.978	12.246	(4.126)	8.120
3109 Gran Royale Igarapé	9.398	(3.090)	6.308	9.041	(2.559)	6.482
3110 Gran Royale Giardino	21	-	21	21	(0)	21
3111 Alta Villa Brumadinho	109	(6)	103	104	(5)	99
3112 Alta Villa Santa Luzia	476	(5)	471	401	(3)	398
3113 Gran Ville Igarapé Emp. Imobiliários S/A	9.210	(2.929)	6.281	8.884	(2.810)	6.074
3116 Residencial Eco Villas	1.281	400	1.681	-	-	-
3117 Gran Park Esmeraldas	2.009	(429)	1.580	4.548	(4.044)	504
3118 Alta V. Serra Verde Empreend. Imobil. S.A	5	1	6	5	1	6
3119 Alta Villa Lavras	7.736	(2.488)	5.248	7.386	(2.310)	5.076
3120 Alta Villa Bom Despacho	1.162	(104)	1.058	1.023	(102)	921
3121 Alta Villa Gov Valadares	439	(376)	63	443	(125)	318
3122 Alta Villa Bom Jesus	-	-	-	1.331	(517)	814
3123 Igarape Empreendimentos Imobiliários	3.567	(27)	3.540	5.249	(15)	5.234
3124 Gran Royale Lagoa Empreend. Imob.	687	(64)	623	621	(59)	562
3125 Gran Royale Ipatinga Empreend. Imob.	7.739	(2.229)	5.510	7.598	(2.196)	5.402
3126 Land Bank Empreendimentos	2	(1)	1	11	100	111
3127 Lv Gran Viver	327	1	328	327	1	328
3128 Gran Royale Tiradentes	136	(1)	135	98	-	98
3129 GV Condado Participações S/A	9	1	10	4	2	6
3131 Gran Park Bom Despacho	11.399	(3.179)	8.220	12.008	(3.104)	8.904
3132 Gran Royale Bom Despacho	1.917	(193)	1.724	1.700	(171)	1.529
3133 Gran Park Sao Jose	677	(3)	674	565	(1)	564
3135 Alta Villa Macae	1.009	(7)	1.002	964	(6)	958
3136 Gran Park Para de Minas	-	3	3	-	4	4
3138 Gran Royale Nova Serrana	3.116	20	3.136	2.547	(868)	1.679
3139 Cidade Verde Ibirite Empreend. Imob. S/A	159	(3)	156	159	(3)	156
3140 Gran Park Montes Claros	1.018	(2)	1.016	730	(1)	729
3141 Gran Royale Brumadinho Empreend Imob.	288	(7)	281	275	(5)	270
3142 Gran Royale Giardino Divinópolis	375	(1)	374	500	(1)	499
3143 Gr Pedro Leopoldo	225	(69)	156	316	(68)	248
3145 Cidade Verde Sao Joao Del Rey	7.371	(2.152)	5.219	6.976	(2.131)	4.845
3146 Cidade Verde Serra	(1.117)	2.712	1.595	1.404	(283)	1.121
3147 Ville Royale Brumadinho	14	2	16	13	3	16
3148 Cidade Verde Conselheiro Lafaiete	352	1	353	351	2	3

Gran Viver Urbanismo S.A.

CNPJ: 01.464.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Código	Empresa	Participação Societária	ATIVO						PASSIVO									
			Ativo circulante		Ativo não circulante		Total do ativo		Passivo circulante		Passivo não circulante		Patrimônio líquido		Total do Passivo			
			2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
3100	C.S. Caxinguelé e Sorte Loteamento S/A	66%	5.055	3.533	3.546	4.388	8.601	7.921	2.024	1.434	316	353	3.909	2.352	3.931	2.203	8.601	7.921
3101	Residencial Park Empreendimentos Imobiliários S/A	40%	50.126	33.034	41.343	44.954	91.469	77.988	36.392	29.366	15.185	12.936	(3.223)	43.115	1.132	34.554	91.469	77.988
3102	Horsth e Sorte Empreendimentos Imobiliários S/A	70%	4.383	2.048	3.944	5.759	8.327	7.807	2.558	2.535	1.278	828	(1.856)	6.348	(1.848)	6.292	8.327	7.807
3103	Cidade Verde Barbacena Loteamento S/A	67%	2.381	1.136	5.385	6.464	7.766	7.600	4.663	4.347	498	762	(958)	3.562	(1.022)	3.513	7.766	7.600
3104	Gran Royale Lagoa Santa Empreend. Imobiliários S/A	66%	34.150	23.258	32.118	31.180	66.268	54.438	35.776	23.394	2.870	2.271	(9.489)	37.111	(5.726)	34.499	66.268	54.438
3105	MGV Empreendimentos Imobiliários S/A	50%	24.556	20.980	18.242	19.063	42.798	40.043	30.501	28.045	1.718	1.237	3.483	7.095	5.344	5.417	42.798	40.043
3107	Nova Congonhas Empreendimentos Imobiliários S/A	70%	8.052	5.530	13.333	15.392	21.386	20.922	7.754	7.925	1.629	1.346	(2.772)	14.775	(2.781)	14.432	21.386	20.922
3108	Gran Royale Betim Empreendimentos Imobiliários S/A	69%	8.059	5.835	7.569	8.509	15.628	14.344	2.434	934	799	615	(4.600)	16.996	(5.981)	18.776	15.628	14.344
3109	Gran Royale Igarapé Empreendimentos Imobiliários S/A	64%	9.221	6.461	10.290	8.876	19.511	15.337	8.022	3.742	794	655	(4.857)	15.553	(4.022)	14.962	19.511	15.337
3111	Gran Royale Giardino Empreendimentos Imobiliários S/A	64%	21	22	-	-	21	22	-	-	-	-	-	21	2	20	21	22
3112	Alta Villa Brumadinho Empreend. Imobiliários S/A	60%	98	95	-	-	98	95	-	-	-	-	(11)	109	(9)	104	98	95
3113	Alta Villa Santa Luzia Empreend. Imobiliários S/A	65%	469	397	-	-	469	397	-	-	-	-	(7)	478	(5)	401	469	397
3114	Gran Ville Igarapé Empreend. Imobiliários S/A	67%	7.589	3.793	15.670	15.763	23.260	19.556	12.379	8.913	1.215	1.073	(4.404)	14.069	(4.225)	13.795	23.260	19.556
3116	Residencial Eco- Villas Participações Ltda	63%	12.285	9.941	1.868	931	14.152	10.872	4.997	4.270	574	205	633	7.947	1.754	4.643	14.152	10.872
3117	Gran Park Esmeraldas Empreend. Imobiliários S/A	76%	5.728	5.217	364	118	6.092	5.375	3.114	3.256	78	76	(564)	3.463	(5.322)	7.325	6.092	5.375
3118	Alta Villa Serra Verde Empreend. Imobiliários S/A	70%	6	7	-	-	6	7	-	-	-	-	1	5	2	5	6	7
3119	Alta Villa Lavras Empreend. Imobiliários S/A	65%	6.145	3.466	8.088	8.539	14.234	12.005	5.649	3.453	747	749	(3.827)	11.664	(3.553)	11.356	14.234	12.005
3120	Alta Villa Bom Despacho Empreend. Imobiliários S/A	63%	1.993	1.858	-	-	1.993	1.858	-	-	-	-	(166)	2.159	(162)	2.020	1.993	1.858
3121	Alta Villa Governador Valadares Empreend. Imobiliários S/A	63%	601	247	-	-	601	247	-	-	-	-	(200)	801	(199)	443	601	247
3122	Alta Villa Bom Jesus Empreendimentos Imobiliários S/A	65%	2.034	1.602	719	2.038	2.752	3.640	1.647	1.451	99	178	(946)	1.952	(795)	2.806	2.752	3.640
3123	Igarapé Empreendimentos Imobiliários S/A	99%	4.919	5.297	432	-	5.351	5.297	1.756	63	54	(27)	3.567	(15)	5.249	5.351	5.297	5.297
3124	Gran Royale Lagoa Empreend. Imobiliário S/A	70%	786	731	-	-	786	731	-	-	-	-	(92)	728	(85)	662	786	731
3125	Gran Royale Ipatinga Empreend. Imobiliários S/A	60%	11.549	8.820	5.727	6.954	17.277	15.774	4.241	3.753	1.265	539	(3.715)	15.486	(3.659)	15.141	17.277	15.774
3126	Land Bank Empreendimentos Imobiliários S/A	50%	1	258	-	-	1	258	-	-	-	-	(2)	3	200	11	1	258
3127	LV Gran Viver Empreendimentos Imobiliários S/A	67%	328	329	-	-	328	329	-	-	-	-	1	327	1	327	328	329
3128	Gran Royale Tiradentes Empreend. Imobiliário S/A	65%	135	102	-	-	135	102	-	-	-	-	(2)	136	-	98	135	102
3129	GV Condado Participações S/A	99%	5	4	-	-	5	4	-	-	-	-	1	9	2	4	5	4
3130	Cidade Verde Prudente de Moraes Empreendimentos Imobiliários S/A	100%	10.599	10.326	7.181	9.081	17.780	19.407	4.851	4.206	8.043	10.308	1.868	3.018	2.834	2.059	17.780	19.407
3131	Gran Park Bom Despacho Empreend. Imobiliários S/A	63%	8.307	7.029	10.627	12.617	18.935	19.646	3.102	2.600	1.051	1.172	(5.046)	19.827	(4.927)	20.801	18.935	19.646
3132	Gran Royale Bom Despacho Empreend. Imobiliários S/A	63%	2.635	2.455	-	-	2.635	2.455	22	25	-	-	(306)	2.918	(271)	2.701	2.635	2.455
3133	Gran Park São José Empreend. Imobiliários S/A	99%	699	565	-	-	699	565	25	1	-	-	(3)	677	(1)	565	699	565
3135	Alta Villa Macaé Empreend. Imobiliários S/A	65%	999	993	-	-	999	993	-	-	-	-	(10)	1.009	(9)	964	999	993
3136	Gran Park Para de Minas Empreendimentos Imobiliários S/A	64%	5	6	-	-	5	6	-	-	-	-	5	-	6	-	5	6
3138	Gran Royale Nova Serrana Empreend. Imobiliários S/A	60%	10.369	9.390	1.794	2.084	12.163	11.474	1.264	1.697	1.580	1.685	34	9.285	(1.446)	9.538	12.163	11.474
3139	Cidade Verde Ibirite Empreendimentos Imobiliários S/A	64%	153	155	-	-	153	155	-	-	-	-	(5)	159	(4)	159	153	155
3140	Gran Park Montes Claros Empreend. Imobiliários S/A	60%	1.017	729	-	-	1.017	729	-	-	-	-	(1)	1.018	(1)	730	1.017	729
3141	Gran Royale Brumadinho Empreend. Imobiliários S/A	65%	278	270	-	-	278	270	-	-	-	-	(11)	288	(8)	275	278	270
3142	Gran Royale Giardino Divinópolis Empreend. Imobiliários S/A	44%	1.317	1.435	-	-	1.317	1.435	-	-	-	-	(3)	1.320	(2)	1.431	1.317	1.435
3143	Gran Royale Pedro Leopoldo Empreend. Imobiliários S/A	50%	299	237	-	-	299	237	-	-	-	-	(137)	437	(136)	370	299	237
3145	Cidade Verde São João Del Rey Empreend. Imobiliários S/A	60%	7.058	4.362	7.182	8.947	14.240	13.309	5.057	4.377	650	812	(3.587)	12.120	(3.551)	11.671	14.240	13.309
3146	Cidade Verde Serra Empreend. Imobiliários S/A	60%	12.807	918	6.398	76	19.205	994	5.001	62	866	-	4.521	8.817	(472)	1.404	19.205	994
3147	Ville Royale Brumadinho Empreendimentos Imobiliários S/A	65%	217	217	-	-	217	217	-	-	-	-	3	214	4	213	217	217
3148	Cidade Verde Conselheiro Lafaiete Empreendimentos Imobiliários S/A	67%	353	354	-	-	353	354	-	-	-	-	2	352	3	351	353	354
3149	Cidade Verde Conselheiro Lafaiete II Empreendimentos Imobiliários S/A	70%	3	5	-	-	3	5	-	-	-	-	3	-	5	-	3	5
3150	Massambaba Empreendimentos Imobiliários S/A	75%	5	5	-	-	5	5	-	-	-	-	5	-	5	-	5	5
3151	Gran Royale Campo Belo Empreend. Imobiliários S/A	60%	93	94	-	-	93	94	-	-	-	-	3	90	4	90	93	94
3152	VEMG Empreendimentos Imobiliários S/A	50%	77	7	-	-	77	7	-	-	-	-	5	69	5	2	77	7
3153	Cidade Verde I Empreendimentos Imobiliários S/A	99%	127	86	-	-	127	86	-	-	-	-	(43)	171	(23)	107	127	86
3154	Gran Park Montes Claros II Empreend. Imobiliários S/A	60%	5	12	-	-	5	12	-	-	-	-	5	-	6	5	5	12
3155	LCA Desenvolvimento Imobiliário S/A	50%	10.209	8.202	6.806	4.954	16.815	13.156	5.657	3.458	531	318	(1.696)	12.323	(928)	10.308	16.815	13.156
3156	Alta Villa Betim Empreendimentos Imobiliários S/A	61%	3.149	7.298	1.600	1.037	4.749	8.335	15.918	14.894	45	-	12	(11.225)	(9.837)	3.278	4.749	8.335
3157	Alta Villa Esmeraldas Empreendimentos Imobiliários S/A	62%	202	161	-	-	202	161	2	1	-	-	5	196	6	154	202	161
3158	Gran Royale Lagoa II Empreend. Imobiliário S/A	70%	1	4	-	-	1	4	-	-	-	-	5	-	6	3	1	4
3159	Cidade Verde Santana do Paraíso Empreendimentos Imobiliários S/A	60%	485	484	-	-	485	484	-	-	-	-	2	484	3	479	485	484
3160	Gran Royale Santana do Paraíso Empreend. Imobiliário S/A	68%	505	507	-	-	505	507	-	-	-	-	2	503	4	500	505	507
3161	Gran Park São José II Empreend. Imobiliários S/A	99%	3.800	3.650	-	-	3.800	3.650	-	-	-	-	(227)	4.026	(1)	3.649	3.800	3.650
3162	Gran Park São José III Empreend. Imobiliários S/A	99%	7	9	-	-	7	9	-	-	-	-	4	3	7	3	7	9
3163	Alta Villa Pedreira Empreendimentos Imobiliários S/A	65%	45	46	-	-	45	46	-	-	-	-	6	39	7	32	45	46
3164	Cidade Verde São Gabriel Empreendimentos Imobiliários S/A	1%	96	97	-	-	96	97	-	-	-	-	5	92	5	92	96	97
3165	Caçununga Empreendimentos Imobiliários S/A	60%	501	364	-	-	501	364	7	-	-	-	3	492	3	361	501	364
3166	SCP GP Teófilo Otoni	76%	3.873	4.842	997	1.088	4.870	5.930	7.960	7.605	54	-	8	(3.152)	(7.517)	5.842	4.870	5.930
3167	Alta Villa Congonhas Empreendimentos Imobiliários S/A	70%	99	98	-	-	99	98	-	-	-	-	7	93	7	91	99	98
3168	Gran Royale Nova Lima Empreendimentos Imobiliários S/A	60%	344	106	-	-	344	106	-	-	-	-	7	338	8	98	344	106
3170	Campos Viver Empreendimentos Imobiliários Ltda	50%	130	138	57	34	187	172	-	-								

Gran Viver Urbanismo S.A.

CNPJ: 01.464.823/0001-30

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. **Capital social** - Em dezembro de 2016 e 2015, o capital social, era de R\$8.657. O capital social em dezembro de 2016 e 2015 era representado por 25.879 ações, sendo 18.967 ordinárias e 6.912 preferenciais sendo que as ações não possuem valor nominal.

Quadro acionário

Ordinárias	Preferenciais
18.967	6.912

20.2. **Reserva de ágio** - Em 30 de julho de 2010, os acionistas realizaram aumento de capital mediante emissão de novas ações, sendo R\$34.970 a título de ágio. Em 2013 a companhia obteve ganho na participação acionária de uma de suas investidas no valor de R\$ 930, totalizando assim a reserva de capital de R\$ 35.900.

20.3. **Reserva legal** - É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva de lucros retidos é constituída com base no lucro líquido do exercício não distribuído, após todas as destinações. Em 31 de dezembro de 2016, essa reserva monta a R\$35.012 (R\$51.020 em 2015). 20.4. **Dividendos a pagar** - Ao final do exercício de 2016, a Companhia destinou o montante de R\$14.899 (R\$12.303 em 2015), correspondentes a parte de lucros acumulados a título de dividendos. Foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 14.899 (R\$13.519 em 2015), não sobrando nenhum saldo provisionado no passivo (R\$1.322 em 2015). Ao final do exercício de 2016, a Companhia destinou o montante de R\$36.719 (R\$47.856 em 2015), correspondentes a parte de lucros acumulados a título de dividendos. Foram distribuídos dividendos no montante de R\$34.775 (R\$50.970 em 2015), sobrando um saldo provisionado no passivo R\$38.802 (R\$38.200 em 2015).

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	11.993	12.148	174.145	234.372
Ajuste a valor presente	830	128	1.132	1.910
Devolução de vendas	(3.338)	(2.738)	(47.189)	(48.140)
Pis e Cofins	(278)	(354)	(4.681)	(6.977)
ISS sobre venda de serviço	(104)	(71)	(104)	(72)
Receita operacional líquida	9.103	9.113	123.303	181.093

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e ordenados	(6.814)	(8.681)	(6.839)	(8.707)
Serviços prestados pessoa jurídica	(2.375)	(1.337)	(3.694)	(2.143)
Despesas fixas	(1.582)	(3.627)	(2.079)	(3.638)
Manutenção de empreendimento	(365)	(283)	(1.264)	(877)
Despesas com consumo	(437)	(283)	(455)	(308)
Comissões de prospecção	(325)	(1.389)	(325)	(1.389)
Amortização e depreciação	(546)	(596)	(572)	(612)
Outras administrativas	(203)	(1.011)	(257)	(1.736)
	(12.647)	(17.207)	(15.485)	(19.410)

23. DESPESAS COMERCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal	(1.172)	(1.323)	(1.502)	(1.812)
Comissões	(25)	(95)	(3.184)	(6.398)
Reversão (Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(328)	529	(2.055)	169
Serviços prestados pessoa jurídica e física	(132)	(406)	(610)	(1.294)
Marketing e publicidade	(282)	(785)	(5.304)	(8.196)
Outras	(386)	(457)	(1.136)	(2.072)
	(2.325)	(2.537)	(13.791)	(19.603)

24. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Juros ativos	5.187	6.180	5.424	7.195
Rendimentos de aplicações financeiras	808	792	1.577	1.600
Receita aplicações financeiras	-	588	-	588
Outras	31	5	74	5
	6.026	7.565	7.075	9.388
Despesas financeiras				
Juros passivos	(27.272)	(27.951)	(31.394)	(30.936)
Despesas com IOF	(342)	(671)	(377)	(754)
Outras	(53)	(151)	(160)	(315)
	(27.667)	(28.773)	(31.931)	(32.005)
Resultado financeiro líquido	(21.641)	(21.208)	(24.856)	(22.617)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa	9	1.288	1.838	5.764	15.535
Aplicações Financeiras	10	12.789	16.616	13.853	17.045
Contas a receber de clientes	11	21.999	32.091	289.623	288.954
Passivos financeiros					
Fornecedores	17	660	924	3.828	7.843
Empréstimos e financiamentos	17	149.355	144.292	149.355	147.168
Cessão de recebíveis	17	435	-	25.650	31.440

No curso normal das suas operações, o Grupo é exposto aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) risco de mercado; (ii) risco de crédito; e (iii) risco de liquidez.

O gerenciamento de riscos do Grupo é feito pela Diretoria de Operações. O Grupo não trabalha com os instrumentos derivativos e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Estrutura do gerenciamento de risco - A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. Os diretores são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento dessas políticas.

As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de risco são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. Através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, o Grupo objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. (i) Risco de mercado - É o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que o Grupo esteja exposto somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações. Os instrumentos financeiros do Grupo que são afetados pelo risco de mercado incluem: equivalentes de caixa, contas a receber, mútuos, aplicações financeiras e empréstimos. • Risco de taxa de juros - risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro flutuem devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O Grupo utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, o Grupo obtém empréstimos, que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI. Como estratégia de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Administração mantém contínuo monitoramento do CDI. Adicionalmente, quase a totalidade do saldo de caixa e equivalentes de caixa do Grupo é também indexada à variação do CDI. O Grupo realizou testes de sensibilidade para cenários adversos (deterioração da taxa CDI em 25% e 50% superiores ao cenário provável), considerando as seguintes premissas: • Em 31 de dezembro de 2016, a dívida líquida do Grupo somava R\$141.768 (Controladora) e R\$161.443 (Consolidado). • A expectativa de mercado, conforme dados obtidos do Boletim Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil, com data base 31

de dezembro de 2016, indicavam uma meta de taxa Selic média para 2017 de 10,72% a.a., cenário considerado provável para o ano de 2017. No ano de 2016, a taxa efetiva do CDI foi de 13,99%.

	Cenário Provável		Cenário Deterioração de 25%		Cenário Deterioração de 50%	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Dívida Líquida	141.768	161.443	141.768	161.443	141.768	161.443
Taxa efetiva	13,99%	13,99%	13,99%	13,99%	13,99%	13,99%
Taxa estimada	10,72%	10,72%	13,40%	13,40%	16,08%	16,08%
Efeito nas Demonstrações Financeiras						
Conforme taxa efetiva	19.833	22.586	19.833	22.586	19.833	22.586
Conforme taxa cenários	15.198	17.307	18.997	21.633	22.796	25.960
(Aumento) redução nas despesas financeiras anuais	4.635	5.279	836	953	(2.963)	(3.374)

(ii) **Risco de crédito** - É o risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O risco de crédito no Grupo recai, em suma, nos créditos a receber de clientes, no caixa e equivalentes de caixa depositados em bancos e instituições financeiras. • Créditos a receber de clientes - o gerenciamento do risco de crédito relacionado às contas a receber é constantemente monitorado pelo Grupo, que possui políticas estabelecidas de controle. As principais práticas para mitigação do risco de crédito são as seguintes: a) Vendas são realizadas com contratos de alienação fiduciária; b) Posse dos lotes é entregue somente a clientes adimplentes; c) Acompanhamento de inadimplência individualizado por cliente. Caixa e equivalentes de caixa - o risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira. A exposição máxima ao risco de crédito do Grupo, de acordo com o valor residual dos respectivos ativos financeiros, é como segue:

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalente de caixa	1.288	5.764	1.838	15.535
Aplicações Financeiras	12.789	13.853	16.616	17.045
Contas a receber de clientes	21.999	289.623	32.091	288.954
	36.076	309.240	50.545	321.534

(iii) **Risco de liquidez** - O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que o Grupo possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julga adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A análise dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
2017			49.065	52.381
2018			45.183	48.922
2019			37.052	41.277
2020			27.752	32.537
2021			24.356	29.786
2022			23.477	29.653
2023			17.799	24.836
2024			8.735	12.789
2025			2.899	12.087
2026			-	2.165
2027			-	2.295
Total			236.318	292.708

26. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2016, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Data de Vigência		Importância Segurada
		De	Até	
- Seguro de Automóvel	- Danos ao veículo segurado, responsabilidade civil e acidentes pessoais de passageiros	04/10/2016	04/10/2017	636
- Seguro garantia obras - Alta Villa Betim	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	02/03/2017	02/03/2019	8.156
- Seguro garantia obras - Cidade Verde Prudente de Moraes	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	19/10/2016	19/10/2018	5.165
- Seguro garantia obras - Residencial Park Toscana	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	19/03/2014	19/03/2018	12.881
- Seguro garantia obras - Cidade Verde Serra	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	15/08/2015	15/08/2017	8.699
- Seguro garantia obras - Cidade Verde Esmeraldas (Residencial Eco Villas)	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	31/12/2016	20/11/2017	6.932
- Seguro garantia obras - Igarapé Empreendimentos	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	18/06/2015	18/06/2018	3.287
- Seguro garantia obras - Teófilo Otoni	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	31/10/2014	31/10/2017	4.504
- Seguro garantia obras - Teófilo Otoni	- Indenização dos prejuízos por inadimplência para construção, fornecimento ou prestação de serviço.	31/10/2014	31/10/2017	2.918

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, não estando refletidas na demonstração do fluxo de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Repasso cessão de recebíveis Banco Indusval	-	-	10.942	14.489
Dividendos Propostos	14.899	12.303	51.618	60.159
Custo histórico de terrenos	-	-	-	5.494
Resgate de Ações	-	2.777	-	-

DIRETORIA EXECUTIVA

Ricardo Ozanan Silveira de Azevedo - Diretor presidente

Gilberto Rocha de Freitas - Diretor financeiro

Andrea Meira Pompeu - Controller

Marinalva Maforte de Oliveira

Controladora - CRC/MG: 097171/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Gran Viver Urbanismo S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais econsolidadas da Gran Viver Urbanismo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Gran Viver Urbanismo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase** - Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 - Conforme mencionado na nota explicativa nº 8,em decorrência dos assuntos descritos na referida nota, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Antonio Marcos Lima Dutra

Contador - CRC-BA nº 21440/O-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG

Aviso de Revogação de Licitação - Pregão Presencial nº.

20/2017 - Objeto: Aquisição parcelada de pneus, câmaras e

protetores. Motivo: Adequação de quantidades dos produtos e

modalidade do pregão. Porteirinha/MG, 26/04/2017.

Silvaneu Batista Santos - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG

Proc. Licitatório nº. 075/2017, Tomada de Preços nº. 021/2017, Objeto:

aquisição contratação de empresa especializada em construção civil, para

paviment

SUPERMERCADO SUPER LUNA S/A - CNPJ 71.385.637/0001-91 - NIRE 31300107035

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do SUPERMERCADO SUPER LUNA S/A, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre estas demonstrações.

Belim, MG, 20 de abril de 2017.

DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - VALORES EM REAIS

ATIVO	Notas	Exercícios		PASSIVO	2016	2015
		2016	2015			
CIRCULANTE		63.641.793	58.255.855	CIRCULANTE	49.150.602	42.521.903
Caixa e equivalentes de caixa	04	8.768.864	7.168.260	Contas a pagar a fornecedores e outras	09	29.168.613
Contas a receber de clientes e outras	05	25.486.726	22.976.998	Obrigações trabalhistas e sociais	10	8.764.025
Estoques	06	28.586.183	26.920.326	Empréstimos e financiamentos	11	2.792.386
Tributos a recuperar	07	633.292	1.152.273	Dividendos a pagar	12	6.608.620
Outros ativos		163.727	37.997	Obrigações tributárias	13	1.816.959
NÃO CIRCULANTE		27.280.277	26.409.222	NÃO CIRCULANTE	5.820.400	7.353.908
Investimentos temporários		100.000	196.660	Empréstimos e financiamentos	11	4.979.847
Depósitos judiciais		2.795	-	Provisões para contingências	14	840.554
Tributos a recuperar	07	898.282	630.591	TOTAL DO PASSIVO	54.971.003	49.875.811
Imobilizado	08	26.279.201	25.581.971	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.951.068	34.789.267
Intangível		-	-	Capital social	15	21.700.001
		-	-	Reservas de capital		4.700.000
		-	-	Reservas de lucros	16	14.251.067
		-	-	(-) Ações em tesouraria		-
TOTAL DO ATIVO		90.922.070	84.665.078	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.922.070	84.665.078
				Valor patrimonial por ação	1,78	2,05

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - VALORES EM REAIS

Em 31 de dezembro de 2014	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Total
			Legal	Lucros retidos	
17.000.000	-	-	403.880	8.731.536	26.135.416
Adiant. para aumento do capital	-	4.700.000	-	-	4.700.000
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(49.789)	(49.789)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(975.287)	(975.287)
Trans. de capital com sócios	-	4.700.000	-	(1.025.076)	3.674.924
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.978.927	4.978.927
Resultado abrangente total	-	-	-	4.978.927	4.978.927
Reserva legal	-	-	248.946	(248.946)	-
Mutações internas do PL	-	-	248.946	(248.946)	-
Em 31 de dezembro de 2015	17.000.000	4.700.000	652.826	12.436.440	34.789.267
Aumento de capital em bens	1	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.579.089)	(1.579.089)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(3.907.907)	(3.907.907)
Trans. de capital com sócios	1	-	-	(5.486.996)	(5.486.996)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.648.797	6.648.797
Outros resultados abrangentes	-	-	-	6.648.797	6.648.797
Resultado abrangente total	-	-	-	6.648.797	6.648.797
Aumento de Capital com reservas	4.700.000	(4.700.000)	-	-	-
Reserva legal	-	-	332.440	(332.440)	-
Mutações internas do PL	-	(4.700.000)	332.440	(332.440)	-
Em 31 de dezembro de 2016	21.700.001	-	985.266	13.265.801	35.951.068

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

01. INFORMAÇÕES GERAIS - O SUPERMERCADO SUPER LUNA S.A., com sede a Rua Amim Fares Deiban, 301, Centro, na cidade de Belim/MG, é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como controladora e sócia única a empresa LUNA PARTICIPAÇÕES LTDA., esta inscrita sob CNPJ nº 14.886.786-0001-09. Dedicada-se ao comércio varejista de artigos de supermercados, inclusive papelaria, materiais escolares, artigos de vestuário e calçados, materiais de higiene e limpeza, produtos de perfumaria, açougue e de panificação, bebidas, brinquedos em geral, pneus para automóveis, ferramentas em geral, aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos, móveis para o lar e escritórios, produtos em natureza tais como frutas, verduras, legumes e carnes e demais produtos correlatos ao ramo de armazém, a atividade de restaurante e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebida, bem como a comercialização e a fabricação industrial de produtos de padaria e confeitaria, com predominância de produção própria e a importação e exportação dos bens comercializados pela companhia.

02. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pelos órgãos reguladores.

Estas demonstrações foram elaboradas pela administração da companhia e aprovadas pela diretoria em 17 de abril de 2017.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - Base de valor: As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma.

Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, assim, estimativas referentes à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para perdas prováveis e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Auração do resultado: O resultado das operações é apurado conforme o regime de competência dos exercícios, e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias, atualizados de acordo com índices e taxas oficiais/contratuais incidentes sobre os ativos e passivos e nos casos aplicáveis, os efeitos de ajustes ao valor justo, valor realizável líquido ou valor recuperável.

Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes: Os ativos (com exceção do imposto de renda e da contribuição social quando diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e da contribuição social quando diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive tributos diferidos) são classificados como "não circulantes". Todos os tributos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes.

Contas a receber de clientes e outras: Os valores a receber são registrados inicialmente ao valor justo, geralmente igual ao custo histórico, considerando o ajuste a valor presente quando aplicável, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

Estoques: São avaliados pelo custo médio de aquisição, ajustados ao valor realizável líquido quando este for menor, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

Outros passivos financeiros: Além das contas a pagar a fornecedores, os demais passivos financeiros são classificados de acordo com a finalidade para qual foram contraídos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, geralmente igual ao custo histórico, considerando o ajuste ao valor presente quando aplicável, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Imposto de renda e contribuição social: As despesas com o Imposto de Renda e a Contribuição Social, quando é o caso, compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. São registradas segundo o regime de competência, e calculadas com base no lucro real.

Lucro por ação: Calculado sobre o número das ações em circulação no encerramento do exercício. **Receita:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significantes referente a propriedade do

produto vendido e do serviço prestado. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na extensão da probabilidade dos benefícios econômicos fluírem para a Companhia ou os custos puderem ser mensurados razoavelmente.

Custo: O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas: As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, marketing e outros serviços de terceiros, depreciação, materiais, despesas com administradores de cartão de crédito, etc. Despesas administrativas e gerais: As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras.

Outras despesas/receitas operacionais líquidas: Correspondem aos efeitos de eventos ocorridos durante o exercício que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração de resultados.

Resultado financeiro: As despesas financeiras incluem preponderantemente todas as despesas geradas pela dívida líquida, enquanto as receitas os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa.

Movimentação de custo histórico - 2015

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Instalações	779.393	385.787	-	-	1.165.180
Máquinas e Equipamentos	3.627.368	1.274.371	(13.900)	-	4.887.840
Equipamentos frigoríficos	6.947.457	2.832.043	-	-	9.779.500
Computadores e Periféricos	3.237.259	621.189	(21.349)	-	3.837.099
Móveis e Utensílios	3.570.571	2.063.891	(308)	-	5.634.153
Veículos	203.700	(9.831)	-	-	497.337
Benefitárias	6.298.563	4.990	-	5.088.920	11.392.474
Construção civil	-	5.115.597	-	(5.088.920)	26.677
Adiantamentos a fornecedores	485.291	6.586.939	(5.504.002)	-	1.568.228
Consórcios não contemplados	-	24.600	-	-	24.600
Total	25.249.370	19.113.107	(5.549.390)	-	38.813.087

Movimentação da depreciação acumulada - 2015

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Ajustes	Saldo em 31/12/2015
Instalações	(314.132)	(84.453)	-	2	(398.582)
Máquinas e Equipamentos	(1.040.204)	(1.040.854)	10.470	79	(2.130.509)
Equipamentos frigoríficos	(2.060.171)	(1.054.839)	-	-	(3.115.010)
Computadores e Periféricos	(1.971.618)	(404.095)	14.804	(227)	(2.361.136)
Móveis e Utensílios	(1.142.028)	(450.240)	18	(400)	(1.592.690)
Veículos	(143.442)	(59.126)	-	1.065	(201.502)
Benefitárias em bens terceiros	(3.978.942)	(151.744)	-	-	(4.130.686)
Total	(10.650.537)	(2.606.350)	25.292	479	(13.231.116)

Movimentação de custo histórico - 2016

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2016
Instalações	1.165.180	336.812	-	1.116	1.503.108
Máquinas e Equipamentos	4.887.840	470.359	-	-	5.358.199
Equipamentos frigoríficos	9.779.500	4.319.716	(1.526.118)	-	12.573.098
Computadores e Periféricos	3.837.099	429.100	(20.699)	70	4.245.570
Móveis e Utensílios	5.634.153	1.231.903	(148.179)	(70)	6.717.806
Veículos	497.337	76.359	(108.589)	-	465.107
Benefitárias	11.392.474	33.947	-	853.802	12.280.224
Construção civil	-	29.674	-	(854.918)	(825.244)
Adiantamentos a fornecedores	1.568.228	5.065.555	(6.578.426)	-	85.357
Consórcios não contemplados	24.600	56.754	-	-	81.354
Total	38.813.088	12.878.745	(8.382.011)	-	43.309.819

Movimentação da depreciação acumulada - 2016

Descrição	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Ajustes	Saldo em 31/12/2016
Instalações	(398.582)	(121.241)	-	-	(519.823)
Máquinas e Equipamentos	(1.431.509)	(460.660)	227	40	(1.891.902)
Equipamentos frigoríficos	(3.115.010)	(1.543.157)	-	78	(4.658.097)
Computadores e Periféricos	(2.361.136)	(422.408)	12.345	40	(2.771.151)
Móveis e Utensílios	(1.592.690)	(590.053)	695	297	(2.181.751)
Veículos	(201.502)	(76.702)	6.334	-	(271.870)
Benefitárias em bens terceiros	(4.130.686)	(605.336)	-	-	(4.736.022)
Total	(13.231.115)	(3.819.558)	19.602	456	(17.030.618)

Imobilizado líquido

Descrição dos bens	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2016
Instalações	465.261	766.598	983.285
Máquinas e Equipamentos	2.587.164	3.456.331	3.466.296
Equipamentos frigoríficos	4.887.286	6.664.490	7.915.001
Computadores e Periféricos	1.265.641	1.475.963	1.474.419
Móveis e Utensílios	2.428.543	4.041.463	4.536.055
Veículos	160.026	295.835	193.237
Benefitárias em bens de terceiros	2.319.621	7.261.788	7.544.202
Construção civil	-	26.677	-
Adiantamentos a fornecedores	485.291	1.568.228	85.357
Consórcios não contemplados	-	24.600	81.354
Bens em comodato	886.766	1.021.314	1.021.314
(-) Bens em comodato	(886.766)	(1.021.314)	(1.021.314)
Total	14.598.833	25.581.971	26.279.201

A sociedade não identificou bens de seu ativo imobilizado que requerem a constituição de provisão para redução ao valor recuperável (impairment).

As vidas úteis médias consideradas para cálculo da depreciação são as demonstradas a seguir:

Bens	Vida útil dos ativos imobilizados
Instalações	10 anos
Máquinas e Equipamentos	12 anos
Equipamentos frigoríficos	08 anos
Benefitárias	14 anos
Móveis e Utensílios	09 anos
Veículos	05 anos
Computadores e Periféricos	05 anos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - VALORES EM REAIS

ITENS DE RESULTADOS	Notas	Exercícios	
		2016	2015
RECEITA LÍQUIDA			
DAS VENDAS	17	451.106.943	406.559.042
CUSTO DAS VENDAS	18	(321.569.156)	(293.459.513)
LUCRO BRUTO		129.537.787	113.099.529
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(120.146.052)	(105.941.873)
Despesas com vendas	18	(112.601.410)	(98.945.349)
Despesas administrativas e gerais	19	(7.451.666)	(6.990.300)
Outras despesas operacionais		(203.709)	(77.155)
Outras receitas operacionais		110.732	70.931
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		9.391.735	7.157.656
RESULTADO FINANCEIRO	20	54.801	(106.502)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO		9.446.536	7.051.154

SUPERMERCADO SUPER LUNA S/A - CNPJ 71.385.637/0001-91 - NIRE 31300107035

2/2

14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Itens	2016	2015
Contingências Administrativas.....	395.599	395.599
Contingências trabalhistas.....	275.027	230.027
Contingências tributárias.....	169.928	169.928
Total das provisões para contingências.....	840.554	795.554

A provisão para contingências é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui outros quatorze (14) demandas cíveis que foram analisadas por seus assessores jurídicos e consideradas como possíveis, não prováveis, portanto, não provisionadas, considerando que o pedido inicial não envolve quantia líquida e determinada, estão assim distribuídas em quantidades:

Itens	2016	2015
Contingências Cíveis.....	-	01
Contingências tributárias.....	14	13
Total das provisões.....	14	14

Foram mensurados ainda R\$ 58.000,00 de perda possível para dois processos cíveis e um processo de demanda administrativa mensurada perda possível de R\$ 13.304,48.

15. CAPITAL SOCIAL - O capital social subscrito é totalmente integralizado, representado por R\$21.700.000,87 (vinte e um milhões e setecentos mil reais e oitenta e sete centavos), dividido em 20.154.363 (vinte milhões cento e cinquenta e quatro mil trezentos e sessenta e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas de propriedade da Luna Participações Ltda.

Sócio	Participação	2016	2015
Luna Participações Ltda.	100,00%	21.700.001	17.000.000

16. RESERVAS DE LUCROS - 16.1 Reserva legal: Instituída pelo artigo 193 da Lei 6.404/76, com a intenção de dar proteção ao credor é constituída obrigatoriamente à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social ou 30% em conjunto com reserva de capital, totalizando R\$ 985.266,17 em 31 de dezembro de 2016. A utilização dessa reserva está restrita a compensação de prejuízos e ao aumento de capital.

16.2 Reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia constituiu reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.737.267,73 nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, incorporando-a ao saldo existente de períodos anteriores, remanescente do saldo de R\$ 13.265.800,71.

Saldo de lucros retidos em 2015.....	12.436.440
Dividendos distribuídos durante 2016.....	(3.907.907)
Constituição reserva de retenção de lucros.....	4.737.268
Saldo de dividendos a pagar em 2016.....	13.265.801

16.3 Dividendos: De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é calculado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício,

após constituições das reservas previstas em lei. Dos lucros auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração provisionou o valor de R\$ 1.579.089,24 referente ao dividendo mínimo obrigatório, além desse mínimo estipulado pelo estatuto a Sociedade distribuiu ao acionista único no exercício o valor R\$ 3.907.907,22 obtidos do saldo de lucros retidos.

17. DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA

Itens	2016	2015
Total da receita bruta.....	480.751.789	428.820.367
(-) Devolução de Mercadoria Vendida.....	(1.354.844)	(1.274.406)
(-) Descontos incondicionais.....	(27.417)	(22.081)
(-) Impostos sobre vendas.....	(28.262.584)	(20.964.837)
ICMS.....	(10.372.833)	(4.919.025)
PIS.....	(3.181.082)	(2.858.520)
COFINS.....	(14.694.825)	(13.180.089)
ISS.....	(13.944)	(7.203)
Receita líquida de vendas.....	451.106.943	406.559.042

Essa receita de revenda de mercadorias bem como as deduções de um MIX em torno de 42.700 produtos, em 31 de dezembro de 2016. Além das receitas com comissões sobre transações com as operadoras, alugueis de stands e sublocação de espaços internos.

18. CUSTOS E DESPESAS COM VENDAS POR NATUREZA

Itens	2016	2015
Custo das mercadorias revendidas.....	321.569.156	293.459.513
Pessoal.....	69.834.407	59.967.028
Impostos e taxas.....	724.091	508.283
Constituições de provisões para contingências.....	282.439	561.992
Serviços de terceiros.....	33.430.131	30.537.410
Depreciações.....	3.575.895	2.457.707
Materiais de consumo.....	4.369.913	4.553.387
Outras despesas operacionais.....	384.534	359.542
Total dos Custos e Despesas Com Vendas.....	434.170.566	392.404.863

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Itens	2016	2015
Pessoal.....	2.730.379	2.982.459
Serviços de terceiros.....	4.497.812	3.927.919
Depreciações.....	117.957	71.340
Materiais de consumo.....	1.262	8.582
Impostos e taxas.....	104.256	-
Total das Despesas Administrativas e Gerais.....	7.451.666	6.990.300

20. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	2016	2015
Juros sobre outros ativos financeiros.....	70.896	33.709
Rendimentos de aplicações.....	637.610	707.831
Descontos auferidos.....	65.148	10.681
Total de receitas financeiras.....	773.654	752.220
Despesas financeiras.....	2016	2015
Juros incorridos com fornecedores.....	(4.079)	(883)
Encargos financeiros.....	(706.251)	(797.999)
Descontos concedidos.....	(8.523)	(59.840)
Total de despesas financeiras.....	(718.853)	(858.722)
Resultado financeiro.....	54.801	(106.502)

21. TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO - A Sociedade realiza o cálculo do imposto de renda e contribuição social com base no regime de Lucro Real Trimestral, conforme demonstrado a seguir.

Itens	2016	2015
Resultado antes do IRPJ e da CSLL.....	9.446.536	7.503.649
Adições Permanentes.....	1.134.177	1.294.856
Dedução da base de cálculo do Imposto de Renda.....	(1.790.456)	(2.048.642)
Imposto de renda - 15%.....	1.318.538	1.012.479
Adicional do imposto de renda - 10%.....	855.026	650.986
Dedução de incentivos fiscais.....	(166.948)	(198.726)
Total do Imposto de Renda.....	2.006.616	1.464.740
Contribuição social - 9%.....	791.123	607.488
Total dos tributos sobre o resultado.....	2.797.739	2.072.228

22. GESTÃO DE RISCOS - A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

Os valores de realização eslimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

As operações são realizadas por intermédio da área financeira, de acordo com a estratégia previamente aprovada pela Diretoria. Essas operações são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Sociedade podem ser assim enumerados:

a. Risco de taxa de juros e atualização monetária: Os reajustes dos preços praticados não acompanham necessariamente os aumentos nas taxas de juros

pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Supermercado Super Luna S.A. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemoseticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

que afetam as dívidas da Sociedade.

Como forma de minimizar os efeitos das taxas de juros, a Sociedade busca cumprir todas as suas obrigações no prazo acordado. Os riscos decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados são minimizados por meio de negociações de taxas de juros pré-fixadas.

b. Risco de crédito: As políticas de vendas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Aluguéis	2016	2015
Lojas.....	9.121.185	9.238.617
Máquinas e equipamentos.....	552.714	670.851
Veículos.....	461.600	485.300
Total de aluguéis com partes relacionadas.....	10.135.500	10.394.768

As transações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes. Os aluguéis integram o grupo das despesas com vendas.

As partes acordaram pela inaplicabilidade da Cláusula 3ª, §5o, e cláusula 6ª, sobre a não atualização dos aluguéis inadimplentes para este exercício.

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES - Os administradores não possuem remuneração na Companhia, considerando sua condição de acionistas majoritários da controladora única, percebendo naquela sociedade seus direitos aos dividendos distribuíveis.

25. COBERTURA DE SEGUROS - Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possuía cobertura de seguros por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os seguros das lotações da Sociedade têm como propósito, segurar as construções, as máquinas e equipamentos industriais, os móveis e utensílios, as matérias-primas e as mercadorias produzidas. A cobertura engloba riscos causados por raios, explosão e implosão, danos elétricos, perda, vendaval, entre outras coberturas. Entre as coberturas citadas anteriormente, a cobertura segura dessas lojas totaliza R\$ 212.450.000,00 com vigência até 19/01/2017. Em janeiro de 2017 a sociedade renovou essas apólices até 19/01/2018.

Os seguros dos veículos têm como propósito acobertar a frota de veículos que a Sociedade utiliza. Entre as coberturas máximas os casos têm como parâmetros 100% da Tabela FIPE, as coberturas máximas de danos materiais de R\$ 1.650.000,00, para as coberturas de danos corporais o montante de R\$ 1.450.000,00, e outras coberturas que somam R\$ 890.000,00 como valores máximos segurados.

DIRETORIA EXECUTIVA

Lúcio Agostinho Cândido Sócio Administrador	Navarro Agostinho Cândido Sócio Administrador
--	--

CONTADOR RESPONSÁVEL

Wanderson Teixeira dos Reis - CRC MG 064.689-0/0

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, MG, 20 de abril de 2017.

BH AUDITORES INDEPENDENTES - CRC-MG 7395/O

Sergio Born - Contador CRC-MG 036944/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREF. MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG - torna público o Processo Licitatório nº 039/2017, Pregão Presencial para Registro de Preço nº 019/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, IMPRESSORAS E ACESSÓRIOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Abertura da sessão: 11/05/2017 às 09h00min. Edital disponível no site através do site: www.frutadeleite.mg.gov.br. Pregoeira Oficial: **Lorrany Ribeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SANTA - torna pública

a decisão recursal aplicada à empresa Farias & Silva Ltda EPP, Pregão Presencial 052/2016, Ata de Registro de Preços 037/2016. A Decisão Recursal encontra-se disponibilizada no site www.lagoasanta.mg.gov.br e no Processo Interno nº 4546/2016. Em 25/04/2017. Tatiane Cristina da Silva Marcelino/ Presidente da COPECAF.



LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

EDITAL DE PROCLAMAS: REGISTRO CIVIL E NOTAS DO DISTRITO DO BARREIRO

RUA JOSÉ BRANDÃO, 86, BARREIRO DE BAIXO, CEP 30.640-020 - BELO HORIZONTE/MG - (31)2535-7238

Faz saber que pretendem casar-se:

PAULO JOSE DIAS, divorciado, eletricitista, nascido em 25/03/1958 em Teixeira, MG, residente a Rua Afonso Teixeira Dias, 125, Miramar Barreiro, Belo Horizonte, filho de LEDA DE SOUZA DIAS Com TANIA DIAS DA CUNHA, solteira, auxiliar administrativo, nascida em 29/04/1977 em Parque Industrial, M De Contagem, MG, residente a Rua Afonso Teixeira Dias, 125, Miramar Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSE BOTELHO DA CUNHA e MARIA OLIVEIRA DA CUNHA.//

LUCAS TERRA DA SILVA, solteiro, design grafico, nascido em 08/10/1991 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Gilmar Pereira Rosa, 405, Cardoso Barreiro, Belo Horizonte, filho de ROGERIO SEVERINO DA SILVA e LUCIA TERRA DA SILVA Com TALITA FERNANDA FERREIRA LIMA, solteira, promotora de vendas, nascida em 19/08/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Gilmar Pereira Rosa, 405, Cardoso Barreiro, Belo Horizonte, filha de MARIA ANTONIA FERREIRA LIMA.//

WALACE HENRIQUE TRINDADE, solteiro, acougueiro, nascido em 24/03/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Edmon De Souza Melo, 2514 /31, Bl 25, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filho de GUSTAVO HENRIQUE BARBOSA PARAGUAY e RAIMUNDA APARECIDA DA TRINDADE DIAS Com FERNANDA EMANUELE PEDROSA, solteira, operadora de caixa, nascida em 09/07/1983 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Edmon De Souza Melo, 2514 /31, Bl 25, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filha de MAURA APARECIDA PEDROSA.//

CARLOS ANTONIO SANTOS PAIXAO, solteiro, repositor, nascido em 13/06/1994 em Diamantina, MG, residente a Rua Clóvis De Souza Munhoz, 209, Regina Barreiro, Belo Horizonte, filho de MARCELO APARECIDO DOS SANTOS e CARMEN LUCIA PAIXAO Com RAYANE CAMILA DE SOUZA, solteira, operadora de caixa, nascida em 01/10/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Clóvis De Souza Munhoz, 209, Regina Barreiro, Belo Horizonte, filha de RAQUEL MAGALHAES DE SOUZA.//

ISMAEL APARECIDO RAIMUNDO, solteiro, padeiro, nascido em 22/09/1990 em Cipotanea, MG, residente a Rua Rosa Rocha Cordeiro, 541, Brasil Industrial Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE MANSUETO RAIMUNDO e CONCEIÇÃO NEPOMUCENO RAIMUNDO Com PATRICIA DIAS FERREIRA, solteira, balconista, nascida em 23/05/1986 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Rosa Rocha Cordeiro, 541, Brasil Industrial Barreiro, Belo Horizonte, filha de WALTER DIAS FERREIRA e ANA MARIA DIAS FERREIRA.//

JOSE ROBERTO CUNHA, solteiro, aposentado, nascido em 27/06/1970 em Parque Industrial, M Contagem, MG, residente a Rua Camilo Gomes Nogueira, 675, Tirol Barreiro, Belo Horizonte,

filho de JOSE DA SILVEIRA CUNHA e MARIA JOSE RIBEIRO CUNHA Com WALDIRENE CHAVES DA SILVA, solteira, do lar, nascida em 07/01/1978 em Capelinha, MG, residente a Rua Camilo Gomes Nogueira, 675, Tirol Barreiro, Belo Horizonte, filha de GERALDO CHAVES DA SILVA e RITA CHAVES DE OLIVEIRA SILVA.//

EDINEI SILVA DE JESUS, divorciado, segurança, nascido em 11/03/1974 em Salvador, BA, residente a Rua Hamilton, 229, Lindeia Barreiro, Belo Horizonte, filho de EDNO OLIVEIRA DE JESUS e MARIA HELENA DA SILVA Com IVANIA DO AMARAL CASTRO, divorciada, cabeleireira, nascida em 16/03/1971 em Parque Industrial, M De Contagem, MG, residente a Rua Hamilton, 229, Lindeia Barreiro, Belo Horizonte, filha de EDSON DE CASTRO e MARIA DO AMARAL CASTRO.//

BRENO HENRIQUE SOARES, solteiro, acougueiro, nascido em 11/05/1995 em Belo Horizonte, MG, residente a Alameda Diogo De Souza, 301, Vila Pinho Barreiro, Belo Horizonte, filho de ORESTES ANTONIO SOARES e NEUSA IMACULADA SOARES Com DAYANE RODRIGUES DE ALMEIDA SOUZA, solteira, vendedora, nascida em 16/03/1994 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Turquesa, 369, Sao Joaquim Guimarães, Contagem, filha de WELINGTON EUSTAQUIO DE SOUZA e IARA RODRIGUES DE ALMEIDA.//

MARCOS ANTONIO ALVES LANA, solteiro, auxiliar de loja, nascido em 11/07/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Dilson De Souza Camargos, 62, Independência Barreiro, Belo Horizonte, filho de ANTONIA MARIA ALVES LANA Com LILIANE RODRIGUES PATRICIO, solteira, auxiliar de cozinha, nascida em 26/05/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Dilson De Souza Camargos, 62, Independência Barreiro, Belo Horizonte, filha de SEBASTIAO RODRIGUES PATRICIO e CLAUDIA RODRIGUES PATRICIO.//

JONATHAN DE ALMEIDA RODRIGUES, solteiro, tecnico em edificações, nascido em 25/11/1988 em Tecfilo Ottoni, MG, residente a Rua Maurilio Gomes Da Silveira, 490, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filho de GENARO RODRIGUES FILHO e MARIA JAUDA DE ALMEIDA RODRIGUES Com CRISTIANO CALDEIRA ARAUJO, solteiro, engenheiro eletrônico, nascido em 02/10/1978 em Parque Industrial, M De Contagem, MG, residente a Rua Maurilio Gomes Da Silveira, 490, Milionarios Barreiro, Belo Horizonte, filho de MODESTO ARAUJO e MARIA DAS DORES CALDEIRA ARAUJO.//

FLAVIO HENRIQUE BATISTA MENDES, divorciado, motorista, nascido em 16/07/1985 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Sumare, 17, Piratininga Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE HENRIQUE MENDES e ROSILENE BATISTA Com ERICA SOUSA PEGO, solteira, vendedora, nascida em 06/12/1993 em Mogi

Mirim, SP, residente a Rua Sumare, 17, Piratininga Barreiro, Belo Horizonte, filha de JAIR FERREIRA PEGO e MARIA LUCIA FERNANDES DE SOUSA.//

ALEX FRANCISCO DOS SANTOS, divorciado, marleteiro, nascido em 04/02/1979 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Narcisca Pereira, 381, Jatoba I V Barreiro, Belo Horizonte, filho de ANTONIO GOMES DOS SANTOS e EVA FRANCISCA DE JESUS Com DEISIANE ANGELINA BATISTA, solteira, operadora de caixa, nascida em 14/03/1988 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Narcisca Pereira, 381, Jatoba I V Barreiro, Belo Horizonte, filha de MARIA INES BATISTA.//

DANIEL GARCIA DOS SANTOS, solteiro, autonomo, nascido em 30/05/1976 em Dores Do Indaia, MG, residente a Rua Doutor Ribeiro Pena, 200, Bairro Das Industrias Barreiro, Belo Horizonte, filho de GERALDINO GARCIA DOS SANTOS e GEORGINA CANDIDA DOS SANTOS Com JOSIANE ARAUJO ROCHA, solteira, medica veterinaria, nascida em 25/05/1986 em Conceicao Do Castelo, ES, residente a Rua Doutor Ribeiro Pena, 200, Bairro Das Industrias Barreiro, Belo Horizonte, filha de JOSINO COLA ROCHA e RITA DE CASSIA ARAUJO ROCHA.//

TARLISTON FERREIRA DE OLIVEIRA, solteiro, servente de obras, nascido em 23/12/1994 em Ipatinga, MG, residente a Rua Geraldo Ramos De Araujo, 220, Novo Santa Cecilia Barreiro, Belo Horizonte, filho de JOSE GERALDO DE OLIVEIRA e LUCIANE CARMEN FERREIRA DE ARAUJO Com ALINE LIMA DE PADUA, solteira, operadora de caixa, nascida em 09/06/1992 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Geraldo Ramos De Araujo, 220, Novo Santa Cecilia Barreiro, Belo Horizonte, filha de ANTONIO DE PADUA ABREU e ONEIDE LIMA PEREIRA.//

RAPHAEL RODRIGUES SANTOS, solteiro, motorista, nasc

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PM/ SMA/SUMAP/DICOM Nº 017/2017, PROCESSO 042/2017

EDITAL COM COTA RESERVADA DE 25% PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COTA DE 75% DE AMPLA CONCORRÊNCIA, E ITENS COM PARTICIPAÇÃO AMPLA

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PM/ SMA/SUMAP/DICOM Nº 017/2017, PROCESSO 042/2017**, cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de peças de eucalipto com 12 metros e papel sulfite para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência – do Edital, com vigência de 06 (seis) meses. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia 10/05/2017 às 12 horas e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia 10/05/2017 às 13 horas. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br a partir do dia 27/04/2017 e na Diretoria de Compras, 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2200 – 3839-2118, de 2ª a 6ª feira, no horário de 12 às 18 horas.**

Itabira, 26 de abril de 2017.

Deoclécio Fonseca Mafra

Secretário Municipal de Administração

Fundação Educacional de Patos de Minas - FEPAM - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 05-2017 - Torna público a realização da Tomada de Preços 05-2017. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de escaninhos em aço, novos e sem uso, destinados ao Centro Clínico Odontológico do Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM, mantido pela Fundação Educacional de Patos de Minas - FEPAM, conforme quantidades e especificações contidas no edital e seus anexos. Sessão de recebimento de propostas até às 14h e 30 min do dia 11-05-2017, na sala da CPL, e abertura às 15h do mesmo dia. Informações pelo tel: 34-3823-0349, e-mail: licita@unipam.edu.br, site: licitacao.unipam.edu.br, Patos de Minas, 26/04/2017. Cynthia M. Santos, Presidente CPL.

HOJE EM DIA
LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

A LCG Engenharia e Representações LTDA., CNPJ 26.052.100/0001-55, com sede na Alameda do Ingá, 88, 7º andar, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima - MG, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Nova Lima, através do **Processo Administrativo nº 8885/2015, CERTIFICADO AMBIENTAL para o empreendimento **RESIDENCIAL HIBISCO** localizado na Rua das Acácias esquina com Jatobá, lotes 7A, 8A, 9, 10, 13, 14 e 15, quadra 006, Bairro Vale do Sereno, na cidade de Nova Lima-MG, CEP: 34.006-003.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2017 CHAMAMENTO PÚBLICO - CREDENCIAMENTO. O Município de Conceição do Mato Dentro/MG, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está procedendo o Chamamento Público, entre os dias 02 de maio de 2017 até as 13:30 do dia 15 de maio de 2017, para fins de Credenciamento para a contratação de leiloeiros oficiais que comprovem capacidade técnica para a realização de alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Patrimônio da Prefeitura Municipal de Conceição do Mato Dentro, Processo Licitatório nº 026/2017. Dia da abertura: 15 de Maio de 2017 às 14h00min. Maiores informações pelo telefone (31)3868-2398 ou licitacao@cmd.mg.gov.br. Thauan Rafael Dias Moura - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Comunicado de extravio de documentos fiscais: JABOUR RIOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS – EPP estabelecida à Rua Caldas nº. 99, bairro Carmo-Sion em Belo Horizonte/MG; inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o número 06.070.475/0001-30, Inscrição Municipal n.0185845/001-X, vem comunicar o extravio dos documentos listados: Bloco de nota fiscal de serviços serie A numero 1 a 50 AIDF/PBH 007613/2004; bloco de nota fiscal de serviços serie A numero 51 a 550 AIDF/PBH 021559/2004; bloco de nota fiscal de serviços serie A numero 551 a 900 AIDF/PBH 014455/2006; bloco de nota fiscal de serviços serie A numero 901 a 1280 AIDF/PBH 517384/2008. Não houve ocorrência policial e não há possibilidade de reconstituição.

HOJE EM DIA

LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

MERCANTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S.A.
CNPJ/MF: 06.026.238/0001-72 - NIRE nº 31300117448
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2017

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada às 10:00 horas do dia 07 de abril de 2017, na sede social da MERCANTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S.A., sociedade anônima, localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Alagoas, nº 1270, andar Pilótis, sala 02, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30130-162 (Companhia). **2. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, face à presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Sociedades por Ações"). **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Péricles Pacheco, que convidou a Sra. Maria Tereza Correa Câmara para secretária-ia. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (i) a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do Art. 130, §1º da Lei de Sociedade por Ações; (ii) a proposta de realização pela Companhia de sua 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de emissão de até R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), nos termos do Artigo 52 e seguintes da Lei de Sociedades por Ações ("Debêntures"), de colocação pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), não estando sujeitos, portanto, ao registro de emissão perante a CVM, de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Emissão"), com a definição das características da Emissão; (iii) autorizar a (a) alienação fiduciária sobre os imóveis ("Alienação Fiduciária sobre os Imóveis"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº I" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº I"), por meio do qual a Companhia alienará, em favor de PLANNER TRUSTEE DTMV LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 - 10º andar, Bairro Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita sob o nº 67.030.395/0001-46 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos Debenturistas, todos os direitos e interesses inerentes aos Lotes do Empreendimento Imobiliário ("Lotes") descritos no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II e cujas respectivas matrículas encontram-se descritas no Anexo II deste mesmo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II; (b) a cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios ("Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios"), oriundos dos instrumentos de compra e venda, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, relacionados ao Empreendimento Imobiliário "Projeto Toscana II", nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); e (c) a cessão fiduciária de todos os direitos relativos à contrarrente nº 37.225-2, agência 001-9, mantida no Banco Arbi S/A, de titularidade da Companhia ("Conta Vinculada"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, na qual serão depositados os Direitos de Crédito e onde será constituído um fundo de reserva ("Fundo de Reserva"), em montante correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) da receita advinda da venda dos Lotes ("Percentual de Fundo de Reserva"), podendo o Percentual de Fundo de Reserva, após a sua constituição e durante a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ser reduzido, em razão da sua utilização para pagamento da(s) PMTs ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); e (iv) autorizar a prática pela Diretoria da Companhia de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão, inclusive discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures, celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Emissão, inclusive contratar o coordenador da Emissão e os demais prestadores de serviços para a Emissão, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Acionistas titulares da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia, por unanimidade de votos, tomaram as seguintes deliberações: (i) Aprovar a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário, como faculta o Art. 130, §1º da Lei de Sociedade por Ações; (ii) Aprovar a Emissão das Debêntures, nos termos do artigo 55 da Lei de Sociedades por Ações, que terá as seguintes características e condições: (a) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de até R\$24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ("Valor Total de Emissão") na Data de Emissão (conforme abaixo definida); (b) Data de Emissão das Debêntures: para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 20 de abril de 2017 ("Data de Emissão"); (c) Número de Séries: a Emissão será realizada em série única; (d) Quantidade de Debêntures: serão emitidas até 2.400 (duas mil e quatrocentas) Debêntures; (e) Valor Nominal Unitário: o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (f) Remuneração: As Debêntures serão remuneradas conforme o disposto a seguir: (f.1) Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidirá a variação acumulada IPCA/IBGE + 10,00% ao ano ("Remuneração"). Sendo que o Pagamento da Remuneração: O pagamento da remuneração será feito em 72 (setenta e duas) parcelas mensais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, exclusive, a contar da Data de, sendo o vencimento da primeira parcela de pagamento em 20 de maio de 2019 e a da última parcela em 20 de maio de 2025 (g) Especie, Forma e Conversibilidade: as Debêntures serão da espécie com garantia real e serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia, escriturais e nominativas, sem emissão de cauletas e certificados, nos termos do Artigo 57 da Lei de Sociedades por Ações e das disposições contidas na Escritura; (h) Garantia Real: as Debêntures contarão com as seguintes garantias: (h.1) Alienação Fiduciária sobre o Imóvel ("Alienação Fiduciária sobre o Imóvel"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº I" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº I"), por meio do qual a Interviente Garantidora alienará, em garantia da totalidade das obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, todos os direitos e interesses inerentes ao Imóvel matriculado sob o nº 9.929, ambas junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Vespasiano, Estado de Minas Gerais; (h.2) Alienação fiduciária sobre os imóveis ("Alienação Fiduciária sobre os Imóveis"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II"), por meio do qual a Companhia alienará, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, todos os direitos e interesses inerentes aos Lotes descritos no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II e cujas respectivas matrículas encontram-se descritas no Anexo II deste mesmo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II; (h.3) a cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios ("Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios"), oriundos dos instrumentos de compra e venda, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, relacionados ao Empreendimento Imobiliário "Projeto Toscana II", nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); e (h.4) a cessão fiduciária de todos os direitos relativos à contrarrente nº 37.225-2, agência 001-9, mantida no Banco Arbi S/A, de titularidade da Companhia ("Conta Vinculada"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, na qual serão depositados os Direitos de Crédito e onde será constituído um fundo de reserva ("Fundo de Reserva"), em montante correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) da receita advinda da venda dos Lotes ("Percentual de Fundo de Reserva"), podendo o Percentual de Fundo de Reserva, após a sua constituição e durante a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ser reduzido, em razão da sua utilização para pagamento da(s) PMTs ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); (i) Prazo e Data de Vencimento: as Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos a contar da Data de Emissão, vencendo, portanto,

em 20 de abril de 2025 ("Data de Vencimento"); (j) Negociação: as Debêntures serão registradas para: (j.1) distribuição pública no mercado primário por meio do Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP, e (j.2) negociação no mercado secundário por meio da CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e a Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (k) Local de Pagamento: os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, ainda, por meio do escriturador mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (l) Forma e Prazo de Subscrição e Integralização: a integralização será realizada à vista, nas respectivas datas de subscrição, conforme o caso, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que todas as Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização"); (m) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado: O Valor Nominal Unitário Atualizado ("VNa") das Debêntures, observado o disposto na cláusula IV.9.3, será amortizado em 72 (setenta e duas) parcelas mensais e consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês, exclusive, a contar da Data de Emissão (sendo tal período de 24 (vinte e quatro) meses denominado "Período de Carência do Valor Nominal Unitário"), sendo o vencimento da primeira parcela de pagamento em 20 de maio de 2019 e a da última parcela em 20 de abril de 2025, conforme descrito no Anexo I ao presente Contrato ("Amortizações Programadas"); (n) Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à aquisição dos imóveis descritos no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II e cujas respectivas matrículas encontram-se descritas no Anexo II deste mesmo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II; (o) ao desenvolvimento do empreendimento imobiliário denominado "Projeto Toscana II", o qual será constituído no imóvel descritos no Anexo I do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II e cujas respectivas matrículas encontram-se descritas no Anexo II deste mesmo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II; e (iii) ao pagamento de custos e despesas relacionadas à Emissão, incluindo mas não se limitando à contratação de prestadores de serviços de estruturação, escritório de advocacia, coordenador líder e agente fiduciário, pagamento de despesas cartorárias referentes à constituição das Garantias, bem como outras despesas que sejam necessárias; (o) Resgate Antecipado: as Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, a exclusivo critério da Companhia ("Resgate Antecipado"), a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da Data de Emissão, mediante deliberação da sua diretoria, observado o disposto na Escritura; (p) Colocação e Procedimento de Distribuição: as Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação da ORLA DISTRIBUIDORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real da 1ª Emissão da MERCANTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"); (q) Vencimento Antecipado: as obrigações da Companhia poderão ser antecipadamente declaradas vencidas, na forma e nas hipóteses estabelecidas na Escritura de Emissão; (r) Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Companhia não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo escriturador mandatário. Adicionalmente, para as debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista titular; (s) Encargos Moratórios: Sem prejuízo do pagamento da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Companhia aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia devidamente atualizados, ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (a) a multa convencional, irredutível e não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); (t) Aprovar a alienação fiduciária sobre os imóveis ("Alienação Fiduciária sobre os Imóveis"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº I" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº I"), por meio do qual a Companhia alienará, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, todos os direitos e interesses inerentes aos Lotes do Empreendimento Imobiliário ("Lotes") descritos no Anexo I do "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II" e cujas respectivas matrículas encontram-se descritas no Anexo II deste mesmo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº II; (b) a cessão fiduciária da totalidade dos Direitos Creditórios ("Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios"), oriundos dos instrumentos de compra e venda, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, relacionados ao Empreendimento Imobiliário "Projeto Toscana II", nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); e (c) a cessão fiduciária de todos os direitos relativos à contrarrente nº 37.225-2, agência 001-9, mantida no Banco Arbi S/A, de titularidade da Companhia ("Conta Vinculada"), nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, na qual serão depositados os Direitos de Crédito e onde será constituído um fundo de reserva ("Fundo de Reserva"), em montante correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) da receita advinda da venda dos Lotes ("Percentual de Fundo de Reserva"), podendo o Percentual de Fundo de Reserva, após a sua constituição e durante a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ser reduzido, em razão da sua utilização para pagamento da(s) PMTs ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"); (iii) Práticas de atos pela Diretoria: Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização da Emissão das Debêntures ora aprovada, inclusive, mas não se limitando a: (i) realizar todos os atos necessários para a Emissão, bem como a contratação de (a) instituições financeiras para a estruturação da Emissão e colocação das Debêntures; (b) banco mandatário e agente escriturador das Debêntures; (c) assessores legais e (d) demais prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão; e (ii) celebrar todo e qualquer documento que se faça necessário, incluindo, mas não se limitando a (a) a Escritura de Emissão; (b) os contratos de garantia; e (c) o contrato de colocação das Debêntures; 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e aprovada. Belo Horizonte, 07 de abril de 2017. Presidente da Mesa: Péricles Pacheco; Secretária da Mesa: Tereza Cristina Correa Câmara. Acionistas Presentes: Péricles Pacheco e Tereza Cristina Correa Câmara. Confere com o original lavrada em livro próprio. Belo Horizonte, 07 de abril de 2017. Péricles Pacheco - Presidente; Maria Tereza Correa Câmara - Secretária. **LISTA DE PRESEÇA DE ACIONISTAS - ACIONISTA - AÇÕES.** Péricles Pacheco; 2.970. Tereza Cristina Correa Câmara; 30. **TOTAL:** 3.000. Belo Horizonte, 07 de abril de 2017. Péricles Pacheco - Presidente. Tereza Cristina Correa Câmara - Secretária. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais/Certifico registro sob o nº 6265748 em 25/04/2017 da Empresa MERCANTTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE S.A., Nire 31300117448 e protocolo 172126789 - 18/04/2017. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVOHORIZONTE/MG
A Prefeitura Municipal de Novorizonte/MG torna Público aos interessados a realização da **Chamada Pública 002/2017 - Processo 033/2017** para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, será regido pelo artigo 14 da Lei Federal 11.947/09, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Resolução/CD/FNDE nº. 38, de 16 de julho de 2009 e Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Os Grupos formais/informais deverão apresentar a documentação para Habilitação e o Projeto de Venda até o dia 25 de maio de 2017 às 09h:00min. Maiores informações poderão ser obtidas no endereço: Avenida João Bernardino de Souza 714 - Centro, onde o Edital e Anexos poderão ser retirados, Novorizonte/MG, 26 de abril de 2017 - **ARLEY COSTA MENDES** - Prefeito Municipal.

Bradesco EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE PRÉDIO COMERCIAL - BELO HORIZONTE/MG
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Belo Horizonte-MG**. Bairro São Bernardo. Rua Edson Tomas Santos, 443,445 e 447, consta no local nº 433 (Lt. 21 do quarteirão 05). **Prédio Comercial**. Áreas totais: terr. 360,00m² e constr. 393,33m². Matr. 46.728 do 5º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 1.159.000,00. 2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 695.400,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br

Bradesco EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE CASA - CONTAGEM/MG
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Contagem-MG**. Bairro Inconfidentes. Rua Vinte e Dois, 59 (lt. 10 da qd. 74). **Casa**. Áreas totais: terr. lançado no IPTU 360,00m² e constr. 237,60m². Matr. 14.394 do RI local. Obs.: Área de terreno pendente de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 919.167,73. 2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 596.913,51** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br

Bradesco EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE CHÁCARA - IBIRITÉ/MG
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Ibirité-MG**. Loteamento denominado Quintas da Jangada. Alameda da Jangada, 1.211 (qd. 04). **Chácara nº 62-A**. Áreas totais: terr. 1.775,00m² e constr. estimada no local 235,00m². Matr. 22.754 do RI local. Obs.: Constatam ações: Anulatória, processo nº 5057978-76.2016.8.13.0024, Revisional, processo nº 6030790-28.2015.8.13.0024 e Consignatória, processo nº 5001133-87.2017.8.13.0024, todas em trâmite na 28ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG. O Vendedor responde pelo resultado das ações, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. Construção e numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 950.000,00. 2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 570.000,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br

Bradesco EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E "ON-LINE" DE APARTAMENTO - SABARÁ/MG
Local dos leilões: Auditório Freitas - Praça da Liberdade, 130 - 16º andar - Liberdade - São Paulo/SP

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **Kirton Bank SA - Banco Múltiplo**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infratitados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: **Sabará-MG**. Bairro Novo Horizonte. Rua José da Silva Passos, 300. Residencial Lides Ville. Edifício Lides Tiradentes ou Torre E. **Ap. 801**, c/ 02 vagas de garagem semicoberta e coberta n.ºs. 28 e 29 (1º pav.). Área priv. 96,13m². Matr. 30.670 do RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão: 18/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 680.191,36. 2º Leilão: 25/05/2017, às 10h. Lance mínimo: R\$ 344.134,16** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.freitasleiloeiro.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
A Pregoeira do Município de Montes Claros, no cumprimento de suas atribuições legais, na forma das leis federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02, vem **SUSPENDER** a LICITAÇÃO, Processo nº 0046/2017, Pregão Eletrônico nº 0018/2017 - objeto: **Contratação de empresa especializada para administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustível tipo gasolina comum, óleo diesel comum, óleo S10 e etanol para abastecimento, mediante utilização de cartão de crédito eletrônico, dos veículos e equipamentos que compõem a frota do Município de Montes Claros-MG.**, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Montes Claros, no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Grande Circulação Regional entre os dias 22 e 25 de abril de 2017 para que seja remarcada nova data.
Montes Claros, 26 de abril de 2017.
Karen Daniela Magalhães de Castro
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial Registro de Preço - nº 036/2017 - Licitação Exclusiva - ME/EPP LC 147/2014**. Objeto: **Aquisição de material odontológico.** Data de realização **10/05/2017 às 09:00 hs.** O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br**, em **Transparência/Publicações**.
Nova Lima, 26 de abril de 2017.
Érica Alves Pereira, Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
A Prefeitura Municipal de Bonito de Minas/MG, CNPJ: 01.612.493/0001-83, torna público o aviso de licitação pública de bens móveis inservíveis objeto do **Processo Licitatório nº 038/2017 - Leilão Público nº 001/2017**. Realização do leilão dia: 24/05/2017 às 13:00, no pátio da oficina do Departamento de Transportes e Obras, localizado na Rua Ranulfo Correia Saraiva, s/n Centro, Bonito de Minas - Maiores informações **licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br**. Ou **www.bonitodeminas.mg.gov.br**. Tel. (38) 3625-6245.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRAS/MG
O município de Gameleiras, estado de Minas Gerais, torna público que fará realizar **Chamada Pública nº 01/2017, Dispensa nº 25/2017**, objetivando **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR RURAL PARA ATENDER AOS ALUNOS DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE GAMELEIRAS/MG**, pela Dispensa de Licitação prevista no art. 14, §1º, da Lei 11.947/2009, cujos documentos previstos no edital para habilitação e projeto de vendas devem ser entregues até o dia 18 de Maio de 2017, até às 08:00, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Nicolau Antunes, 09 - Centro - Gameleiras/MG - CEP 39.505-000. O prazo para obtenção de informações será no período de 28 de Abril de 2017 até 17 de Maio de 2017, no horário das 08:00 às 13:00 horas, diretamente no setor de licitações ou através do telefone (38) 3811-9104 ou pelo e-mail **licitacaogameleiras@yahoo.com**. Osleni Mendes Prado - Presidente da CPL

CONSTRUTORA QUEBEC S/A
CNPJ/MF 38.696.365/0001-75 - NIRE 3120337175-1

BALANÇO PATRIMONIAL
01 DE JANEIRO DE 2015 A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

ATIVO		PASSIVO		DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	
Circulante		Circulante		Receita Operacional Bruta	27.903.904
Disponibilidades	559.316	Fornecedores	2.749.480	Receita de Serviços Prestados	27.903.904
Clientes	894.892	Salários e Encargos Sociais	1.274.274	Deduções da Receita Bruta	
Receitas a Faturar	22.834.093	Impostos a Pagar	2.084.779	Impostos Incidentes s/ serviços	(1.395.195)
Impostos a Recuperar	657.689	Empréstimos/Financiamentos	913.861	Receita Operacional Líquida	26.508.709
Despesas Antecipadas	-	Adiantamento de Clientes	376.632	Custos dos Serviços Prestados	(16.634.047)
Outros Créditos	1.162.736	Provisão de Férias Dec. Terc	1.172.736	Lucro Bruto	9.874.662
	26.108.726		8.571.762		
Não-Circulante		Outras Contas a Pagar		Despesas Operacionais	(9.094.589)
Contrato de Mútuo		Não-Circulante		Despesas Gerais e Administrativas	(6.520.746)
Partes Relacionadas	540.349	Empréstimos/Financiamentos	14.700.380	Despesas Tributárias	(435.010)
Investimentos	43.201.432	Obrigações Fiscais	10.881.873	Despesas Financeiras	(2.199.517)
Imobilizado	26.834.866	Contrato de Mútuo Coligadas	16.119.612	Receitas Financeiras	60.684
Depreciação Acumulada	(13.300.657)		41.701.864	Lucro (Prejuízo) Operacional	(9.094.589)
	57.275.990	Patrimônio Líquido		Receitas Não Operacionais -	
Total do ATIVO	83.384.715	Capital Social	6.000.000	Despesas Não Operacionais -	
		Reservas	27.111.089	Lucro (Prejuízo) líquido antes do IR e CSLL	780.073
			33.111.089	Contribuição social	(70.207)
		Total do PASSIVO	83.384.715	Imposto de Renda	(180.673)
				Lucro (prejuízo) líquido do exercício	526.193

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas

Scott Wells Queiroz - Diretor Presidente - CPF 907.655.836-15
José Raimundo de Oliveira - Contador - CRC/MG 14.127 - CPF 006.292.436-20

Senhores Acionistas:
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Construtora Quebec S/A apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2016.

A receita operacional bruta atingiu R\$27,9 milhões no ano de 2016. A receita líquida atingiu R\$26,5 milhões, apresentando um aumento em relação a 2015.
A companhia apurou um lucro líquido de R\$526 mil, ante um prejuízo de R\$1,9 milhões apurado no ano anterior.
Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas e fornecedores, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2017.

A Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO GRAMA/MG
Aviso de Licitação
Pregão Presencial nº 043/2017
Torna Público, nos termos da Lei nº 8.666/93, 10.520/2002, a realização da Licitação, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017. REGISTRO DE PREÇOS. Objeto: Registro de Preços, visando à futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS. A entrega e a abertura dos envelopes será às 09h00min, do dia 09/05/2017, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, à Rua Padre João Coutinho, nº 121, Centro, Santo Antônio do Grama/MG. Informações pelo telefone: (31) 3872-5005.
Marcelo Russo Lima
PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura de Rubelita-MG, torna-se público que estará realizando no dia 10/05/2017 às 08h30min, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 022/2017**, tipo menor preço por item, objetivando o registro de preços para aquisição eventual de gás engarrafado glp 13kg e componentes para manutenção. Informações complementares na sede da prefeitura no horário de 07h00min às 17h00min e 13h00min às 17h00min ou através do fone (38) 3843-1102 ou e-mail: **licitacao_rubelitamg@gmail.com**.
2017 - Cristiane Franciely Moraes - Pregoeira Oficial

Devex Tecnologia e Sistemas S.A.
CNPJ/MF: 00.740.161/0001-11

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.318	3.412	11.913	10.367
Contas a receber de clientes	5.253	8.022	5.802	9.365
Adiantamentos concedidos	3.223	3.918	3.223	4.662
Estoques	4.264	5.651	5.668	7.804
Impostos a recuperar	2.894	3.853	2.968	4.538
Outros recebíveis	109	212	215	1.004
Total do ativo circulante	20.061	25.068	29.789	37.740
Ativo não circulante				
Contas a receber com empresas do grupo	14.587	4.496	12.458	1.438
Investimentos em controladas	8.735	10.068	-	-
Imobilizado	1.645	2.084	2.029	2.242
Intangíveis	13.985	25.835	15.152	27.248
Total do ativo não circulante	38.952	42.483	29.639	30.928
Total do ativo	59.013	67.551	59.428	68.668
Passivo Circulante				
Fornecedores	4.310	5.571	4.324	5.138
Empréstimos e financiamentos	2.373	801	2.373	801
Obrigações trabalhistas	1.621	1.385	1.730	1.580
Obrigações tributárias	351	289	1.168	1.584
Provisões para riscos	199	1.419	199	1.419
Adiantamento de clientes	22	-	24	-
Total do passivo circulante	8.876	9.465	9.818	10.522
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos LP	7.196	14.999	6.651	14.999
Obrigações tributárias LP	34	40	52	76
Provisões LP	533	533	533	533
Total do passivo não circulante	7.763	15.572	7.236	15.608
Patrimônio líquido				
Capital social	48.002	22.552	48.002	22.552
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	22.600	-	22.600
Reserva de lucros	5.821	5.821	5.821	5.821
Prejuízos acumulados	(12.411)	(9.674)	(12.411)	(9.650)
Ajustes acumulados de conversão	962	1.215	962	1.215
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	42.374	42.514	42.374	42.538
Total do patrimônio líquido	42.374	42.514	42.374	42.538
Total do passivo	16.639	25.037	17.054	26.130
Total do passivo e patrimônio líquido	59.013	67.551	59.428	68.668

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita líquida				
Receita de venda de produtos e serviços	13.641	17.878	15.989	22.378
Receita de prestação de serviços-Partes Relacionadas	4.451	-	4.451	-
Custo mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(6.091)	(10.707)	(6.834)	(12.013)
Custo na Prestação de serviços-Partes Relacionadas	(3.783)	-	(3.783)	-
Resultado bruto	8.218	7.171	9.823	10.365
Despesas e receitas operacionais:				
Despesas comerciais	(5.184)	(5.870)	(5.184)	(8.049)
Despesas administrativas	(1.487)	(2.370)	(2.733)	(2.494)
Despesas com pesquisas e desenvolvimento	(1.071)	(3.427)	(1.071)	(3.427)
Despesa com depreciações e amortizações	(3.380)	(3.669)	(3.409)	(3.669)
Outras receitas e despesas operacionais	762	936	(933)	912
Resultado de equivalência patrimonial	(880)	385	-	-
Resultado antes das receitas líquidas e tributos	(3.022)	(6.844)	(3.507)	(6.362)
Receitas financeiras	2.525	2.732	2.525	3.307
Despesas financeiras	(2.240)	(5.562)	(2.042)	(6.024)
Receita (despesa) financeiras líquidas	285	(2.830)	1.205	(2.717)
Resultado antes do imp. de renda e contribuição social	(2.737)	(9.674)	(2.302)	(9.079)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(435)	(571)
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	(2.737)	(9.674)	(2.737)	(9.650)
Lucro líquido do exercício	(2.737)	(9.674)	(2.737)	(9.650)
Lucro por ação (em reais)	(0,75)	(2,64)	(0,75)	(2,64)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social integralizado		Reserva Legal	Reserva de Lucros para expansão	Lucros ou Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Subtotal	Ajustes acumulados de conversão		Total
	2016	2015						2016	2015	
Saldos em 31 de dezembro de 2014	22.552	410	5.411	-	-	18.000	46.373	1.254	47.627	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	(9.650)	4.600	4.600	-	4.600	(9.650)
Prejuízo do exercício 2015	-	-	-	-	-	-	-	(39)	(39)	-
Outros resultados abrangentes-Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	-	-	(39)	(39)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	22.552	410	5.411	(9.650)	22.600	41.323	1.215	42.538		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	2.850	2.850	-	2.850	-
Integralização Adiantamento para Futuro aumento de capital	25.450	-	-	-	(25.450)	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício 2016	-	-	-	-	(2.737)	-	(2.737)	-	(2.737)	-
Outros resultados abrangentes - Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	-	-	(253)	(253)	-
Realização de lucros não realizados	-	-	-	-	(24)	-	(24)	-	(24)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	48.002	410	5.411	(12.411)	-	41.412	962	42.374		

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro do exercício	(2.737)	(9.674)	(2.737)	(9.650)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	2.147	2.830	2.193	2.830
Provisão para devedores duvidosos	283	441	283	441
Provisão para contingências	-	16	-	16
Resultado na venda de ativo imobilizado	310	-	310	-
Provisões de custos a incorrer e para garantia	(1.220)	903	(1.220)	169
Resultado de equivalência patrimonial	880	(385)	-	-
Outros ativos circulantes	-	2	-	3
Lucro do exercício ajustado	(337)	(5.867)	(1.171)	(6.191)
(Aumento) / diminuição de estoques	1.387	(1.760)	2.136	(1.977)
(Aumento) / diminuição de contas a receber e outros recebíveis	(7.502)	4.055	(6.951)	6.762
(Aumento) / (Diminuição) do contas a pagar e outros	959	(769)	1.570	(437)
Aumento / (Diminuição) de antecipações de clientes e receitas	(820)	1.272	625	1.356
Aumento / (Diminuição) das obrigações tributárias e trabalhistas	23	(641)	24	(1.009)
Aumento / (Diminuição) das obrigações tributárias e trabalhistas	292	(727)	(290)	129
Caixa gerado nas atividades operacionais	(5.661)	1.430	(2.886)	4.824
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(5.998)	(4.437)	(4.057)	(1.367)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	76	-	54
Baixa/(Aquisição) de ativo imobilizado	636	(235)	364	(316)
Integralização de investimento em controladas	453	(501)	(277)	(39)
Desenvolvimento de produto e outros investimentos (ativo intangível)	9.196	(3.229)	9.442	(3.075)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	10.285	(3.889)	9.529	(3.376)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aquisição de empréstimos e financiamentos	11.943	11.943	11.943	11.943
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(18.174)	(12.003)	(18.719)	(12.003)
Integralização de capital	25.450	-	25.450	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(22.600)	4.600	(22.600)	4.600
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	(3.381)	4.540	(3.926)	4.540
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	906	(3.786)	1.546	(203)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.412	7.198	10.367	10.570
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	906	(3.786)	1.546	(203)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.318	3.412	11.913	10.367

As Demonstrações Financeiras detalhadas, estão a disposição dos Acionistas na sede da empresa.
Rodrigo Marinho Passos - Diretor de Operações **Gilvani Dias de Souza - Contadora - CRC: MG-100868/O-4**

PROMOÇÃO ESPECIAL PARA ASSINANTES

CLUBE H
VIVA EXPERIÊNCIAS ÚNICAS



Edital de Convocação

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Locação em Geral no Estado de Minas Gerais – SINTRAL MG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os trabalhadores do seguimento de locação, exceto locação de imóveis, que prestam serviços na base territorial desta Entidade Sindical Profissional, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar no dia 27 de abril de 2017, às 16h00min (dezesseis horas) em primeira convocação, e, caso não haja quórum, às 16h30min (dezesseis horas e trinta minutos), com qualquer número de participantes, na sede da Entidade (Rua Jacuí, 685 – Floresta – Belo Horizonte / MG), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1 – Adesão ao movimento de Greve Geral dos Trabalhadores Brasileiros há ocorrer no dia 28 de abril de 2017 (Contra a reforma da Previdência e Trabalhista – NENHUM DIREITO A MENOS). 2 – Decretar Greve Geral no seguimento no dia 28 de abril de 2017. Belo Horizonte, 26 de abril de 2017. Geraldo Anatólio da Silva – Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Motociclistas e Ciclistas de Minas Gerais, no uso das suas atribuições, convoca toda a categoria para participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 05 de Maio de 2017, às 10:00 horas em primeira chamada, na sede situada à Rua Guajajaras, 2118 – Bairro: Barro Preto – Belo Horizonte – MG, com 2/3 da categoria; Não havendo quórum na primeira, a segunda convocação ocorrerá às 10:30 horas com qualquer número de presentes. Os participantes devem trazer CTPS ou carteira de sócio para participar AGE, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, discussão, aprovação ou não dos seguintes assuntos:
A – Doação de moveis usado e eletroeletrônicos com defeitos
B – Prestação de contas do exercício de 2016
C – Previsão orçamentária
D – Outros assuntos pertinentes

Belo Horizonte, 26 de Abril de 2017.
Rogério dos Santos Lara - Presidente

**ASER – Associação dos Servidores da VFCO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convocamos os Associados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 10 de maio de 2017, no Auditório do Edifício Sede, em primeira chamada às 10:00 e em segunda chamada às 10:30 horas, para tratar da reforma do Estatuto Social da Entidade.
Belo Horizonte, 25 de abril de 2017.
(a.) WALTER MARTINS
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de João Monlevade torna pública licitação na modalidade **Pregão 12/2017**. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, em atendimento à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, para atividades esportivas do município. **Data de abertura: 12/05/2017 às 08:00 horas**. Edital disponível no Setor de Licitações por cópia magnética e no site do município (www.pmjmg.gov.br). Maiores informações: 31 3859-2525 (Setor de Licitações).
João Monlevade, 26 de abril de 2017.
Maria das Graças Leles
Secretária Municipal de Administração

**ASER – Associação dos Servidores da VFCO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Nos termos do artigo 20 do Estatuto, convocamos todos os associados para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 10 de maio de 2017, às 11:00 horas em 1ª convocação e às 11:30 horas em 2ª e última convocação do mesmo dia, na Sede da ASER – Centro de Lazer, à rua Itajubá, nº 141, nesta Capital, com a seguinte pauta de assuntos:
a) Ratificação da convocação da A.G.O. na data de 10 de maio de 2017;
b) Apresentação para aprovação, do Relatório da Diretoria e das Contas do exercício de 2016, e Balançetes até dezembro do mesmo ano, que se encontram a disposição dos sócios na Sede da Associação;
c) Eleição para o biênio 2017/2019 da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. As inscrições de candidatos ou chapas serão, nos termos do artigo 44 e 45 do Estatuto, encerradas cinco dias antes da data da eleição.
Fica consignado que a realização da Assembleia Geral Ordinária ocorrerá na data supra, à exceção do artigo 22 do Estatuto, em virtude dos variados feriados e recessos ocorridos no mês de abril do corrente ano, bem como pela ausência de alguns membros diretores na comarca de Belo Horizonte/MG, no mês de abril, por motivo de viagens, o que adiou o debate e a elaboração da pauta. Belo Horizonte, 25 de abril de 2017.
(a.) WALTER MARTINS – Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS – MG

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº60/2017 – PROCESSO Nº153/2017. Considerando o pedido da Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente, da Igualdade Racial e Desenvolvimento Social, o disposto na Solicitação de Material/Serviço nº 119/2017, nos termos do artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, da situação de dispensa de licitação e a necessidade da Administração Municipal em manter a atividades institucionais e sociais, e as metas previstas na LDO e PPA, PROGRAMA - 8. Nos termos do Projeto Básico anexo, **RATIFICO** a contratação por dispensa de licitação, para locação do imóvel residencial descrito do documento público e no Laudo de Vistoria em anexos, localizado na Rua da Liberdade, nº 516, Vila Betânia, nesta cidade de Alfenas MG, propriedade de José Judas Tadeu Terra, portador do CPF: 312.908.846-88, sendo portanto, considerado o mais adequado a plena satisfação do objeto. Alfenas 25 de abril de 2017. Rodolfo Gonçalves Chaib. - Secretário Municipal de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG - Aviso De Licitação - Pregão Presencial Nº024/2017 - A Prefeitura Municipal de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais, torna público que fará realizar Pregão Presencial Nº024/2017, contratação empresa especializada para locação de palco, sonorização, iluminação, banheiro químico, tendas, alambrado, fogos artificiais, gerador, sanitários e locução, serviços fotográficos, serviços segurança não armada. Tipo da Licitação: Menor Preço: Data de entrega dos envelopes de Proposta e Documentação: 12/05/2017 até às 13:00h. Maiores informações e o edital completo poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Augusto de Lima, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail licitacaoaugustodelima@bol.com.br - João Carlos Batista Borges Prefeito Municipal.

NORMAS E CONDIÇÕES GERAIS DE LEILÃO. Cláudio Luiz Reis Araújo, Leiloeiro Oficial matriculado na JUCEMG sob o nº 558, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário Banco Do Brasil S/A, Sociedade de Economia Mista, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/0508-91, com sede na cidade de Brasília, DF, faz saber na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei 21.981/32 que levará a leilão público de modo presencial e on line o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições: Lote 01: Imóvel residencial constituído por 02 quartos, banheiro, sala e cozinha, paredes de alvenaria, piso em cerâmica, cobertura em telha americana medindo 48m2, terreno com área total de 224,80m2, identificado pelo nº 121 da Rua do professor, no loteamento Residencial Alvorada, confrontando-se, pelos fundos com Luciano Rocha, pela lateral esquerda com o lote 11 e pela lateral direita com o lote 09, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lima, MG, sob o nº de matrícula 39.611. Valor inicial venda 1º leilão R\$107.899,16 (cento e sete mil e oitocentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos). Valor venda 2º leilão R\$ 83.793,72 (oitenta e sete mil e oitocentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos). Desocupação se houver e demais despesas inerentes, serão por conta do Adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado que se encontra. Todas as regularizações para transferência de documentação pós venda existentes, serão de responsabilidade exclusiva do comprador. PAGAMENTO: Os pagamentos far-se-ão pela emissão de 02(dois) cheques, sendo um de valor correspondente à comissão do Leiloeiro e o outro no valor de 20% do lance referente à arrematação, que servirá como caução, para posterior pagamento de TED Transferência Eletrônica Disponível, na conta indicada pelo Leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 72 horas após o certame, mediante depósito em dinheiro ou TED na conta indicada pelo Leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. O arrematante vencedor pelo lance on line terá o mesmo prazo de 72 horas para efetuar o pagamento da totalidade do preço e da comissão do Leiloeiro, conforme edital. DAS DATAS E LOCAL DOS LEILÕES: 1º Leilão dia 27/04/2017 às 14h00min, na Avenida Engenheiro Gerhard Eht, 1525, Distrito Industrial Paulo Camilo Pena, Belém, MG, CEP 32669-110, não havendo licitantes em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 28/04/2017 às 14h00min, no mesmo local para o 2º leilão, os valores estão atualizados até a presente data, podendo sofrer alterações na ocasião do Leilão. COMISSÃO DO LEILÃO: Cederá ao arrematante à comissão do leiloeiro, no valor de 5% da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, sendo que o valor da comissão do Leiloeiro não compõe o valor do lance ofertado. Em caso do não cumprimento da obrigação assumida no prazo estabelecido, estará o arrematante, sujeito à sanções de ordem judicial, a título de perdas e danos. DO LEILÃO ON LINE: Os interessados em participar do leilão on line deverão se cadastrar através do www.claudiorisleiloeiro.com.br e se habilitar com a antecedência de até 24 horas antes do início do leilão presencial. Correrão por conta do arrematante todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, inclusive as despesas inerentes à documentação e regularização do imóvel junto aos órgãos competentes (se houver), bem como a desocupação, se necessário, conforme art. 30 da Lei 9.514/97. Maiores informações pelos telefones: (31) 3343-6008 e 3343-6013 e através do link – www.claudiorisleiloeiro.com.br.

EDITAL PARA INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

LUIZ FERNANDO CHAGAS, Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Inhapim, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

Pelo presente Edital, na qualidade de Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Inhapim-MG, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pelo credor da Cédula a seguir mencionada, procedo à **INTIMAÇÃO** de **GILBERTO RAMOS DA SILVA**, brasileiro, solteiro, nascido em 12/09/1972, portador da identidade MG 8 892 825, expedida por P.CIV/MG e do Cpf: 916 745 496-87, residente e domiciliado na rua Vereador José da Silveira, nº 160, Residencial Esplanada, em São João do Oriente MG, e, não encontrado(a), sendo assim efetuei a intimação no endereço informado via Sedex, não própria nos endereços informados, os mesmos retornaram com a informação que não foi procurado na agência e no endereço da cidade de Ipaba foi informado que ele mudou para local incerto ou não sabido, motivo pelo qual deixei de efetuar a intimação, sem a ciência do(s) mesmo(s) e entrega da contra-fé, para que se dirija a este Serviço Registral de Imóveis, situado na Rua Alberto Azevedo, nr. 554, Loja 01, na cidade de Inhapim-MG, ou à Agência da Caixa Econômica Federal em Inhapim-MG onde deverá efetuar a purga do débito que, posicionado em 07/01/2017 correspondia a **RS:9.686,03**, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativos ao Contrato Habitacional nr. 84441027166-8, assinado em 03 de setembro de 2015, garantido por Alienação Fiduciária, registrada sob o número R-6-18.395 Livro 2-RG, de REGISTRO GERAL, em 08 de setembro de 2015, referente ao imóvel: **LOTE 03 / QUADRA 04** - com a área de **302,00m2 (trezentos e dois metros quadrados)** de terrenos legítimos, polígono irregular, sendo: de 01 para 02, 28°34'39" = 2,15m pela frente com a Rua Vereador José Silveira Tavares; de 02 para 03, 71°52'15" = 11,00m pela frente com a Rua Vereador José Silveira Tavares; de 03 para 04, 145°36'29" = 22,67m pela lateral direita com o Lote 04; de 03 para 04, 237°33'01" = 12,50m pelos fundos com o Lote 09; de 04 para 01, 325°35'34" = 24,35m pela lateral esquerda com o Lote 02, contendo no referido lote uma casa residencial, contendo uma sala, uma cozinha, um banheiro, dois quartos, forrada de laje e coberta com telhado metálico, com a área total de **69,60m2**, situado na Rua Vereador José Silveira Tavares, nº 160, no Loteamento "Residencial Esplanada II", na cidade de São João do Oriente/MG, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da terceira e última publicação deste Edital nesse Jornal.

Serve também este Edital para que o(a) mesmo(a) fique cientificado(a) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do Art. 26 § 7º da Lei 9.514/97.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Inhapim, Estado de Minas Gerais, aos três (03) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezessete (2017)- Eu, (a), Luiz Fernando Chagas - Oficial, o digitei e assino.-

Luiz Fernando Chagas
Escrivão Substituto

EDITAL DE INTIMAÇÃO – Prazo de 15 dias. Priscilla Bolivar Moreira Menicucci, Oficial Interina do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, nos termos do artigo 26 da Lei 9.514, de 20/11/1997, a requerimento da Credora Fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, CNPJ.00.360.305/0001-04, conforme Contrato nº 155550842551, datado de 30.12.2010, com relação ao imóvel constituído pelo Apartamento 201, do Edifício Canadá, Bloco C, do Condomínio Camargos, à Rua Deputado Joaquim Mariano, nº 141, Bairro Camargos, nesta Capital, com alienação fiduciária registrada sob o nº 8 da matrícula nº 69145 desta Serventia, constando como Devedores Fiduciários, RONAN DE ALMEIDA MATUZALEM, CI-75536/D - CREA/MG, CPF. 026.093.466-62 e sua esposa SAMARAH RAPHAEL PEREIRA BATISTA, CLMG-15.732.129/SSP-MG, CPF.089.229.216-41, conforme certificado pelo 2º Serviço de Registro de Títulos e Documentos desta Capital, em 24.03.2017 (Reg. nº 1231977), que no endereço do imóvel supramencionado não foi entregue uma via da intimação aos Devedores Fiduciários, porque se mudaram. Em diligência ao endereço mencionado, no dia 23.03.2017, foi realizado contato com o Sr. Romário, que se apresentou como atual morador no imóvel e que informou que os notificandos se mudaram, não sabendo informar o novo endereço. Considerando o endereço indicado nesta notificação e face às diligências realizadas, os destinatários se encontram em local incerto e ignorado. Diante da certidão acima descrita, através do presente Edital, ficam INTIMADOS os referidos Devedores Fiduciários para pagarem no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de **RS1.655,69 (valor atualizado em 29.03.2017)**, comparecendo no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, à Rua São Paulo, 684, loja 8, Centro, nesta Capital, ou preferencialmente junto à citada Credora Fiduciária, e satisfazendo as obrigações contrárias no aludido contrato, efetuando o pagamento da citada importância, correspondente às prestações vencidas, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, bem como as prestações que se vencerem até a data do efetivo pagamento (§ 1º do artigo 26 da Lei 9.514/97); ficando desde já, CIENTES de que o não cumprimento da obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da citada Credora Fiduciária, nos termos estabelecidos pelo artigo 26 § 7º da Lei 9.514/97. Belo Horizonte, 29 de março de 2017, a Oficial.

Priscilla Bolivar Moreira Menicucci
Oficial Substituto
3º Ofício R.T.B.Hte./MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI-MG

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo nº. 47/2017. Pregão Presencial nº. 23/2017

OBJETO: contratação de serviços de contabilidade para supervisão e manutenção de atividades contábeis do município, durante o exercício de 2017. Credenciamento: 11/05/2017: de 08h30min às 08h40min. Início da Sessão: 09h. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email licitacao@itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO. Processo nº. 48/2017 Pregão Presencial nº. 48/2017

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de manutenção do sistema de transmissão de televisão do município de Itacarambi, durante o exercício de 2017. Credenciamento: 11/05/2017: de 13h às 13h20min. Início da Sessão: 13h30min. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email licitacao@itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO. PRORROGAÇÃO DO Credenciamento nº. 02/2017 Inexigibilidade nº. 06/2017 – Processo nº. 21/2017.

OBJETO: credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços odontológicos e médicos e exames de ultrassonografia a serem prestados nos diversos locais de atendimento da rede pública de saúde do município de Itacarambi/MG, em razão de não haver sido atendida a integralidade do objeto. Credenciamento prorrogado: do dia 24/04/2017 a 05/05/2017 – das 08h30min às 12h. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email licitacao@itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO. PRORROGAÇÃO DO Credenciamento nº. 04/2017 Inexigibilidade nº. 08/2017 – Processo nº. 35/2017.

OBJETO: chamamento público para credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços de engenharia civil e agrônoma, a serem prestados no município de Itacarambi/MG. A PRORROGAÇÃO SE DARÁ APENAS RELACIONADA AO ENGENHEIRO AGRÔNOMO, PELA AUSÊNCIA DE INTERESSADOS. Credenciamento prorrogado do dia 20/04/2017 a 05/05/2017, sendo a abertura dos envelopes no dia 05/05/2017, às 15h, no Setor de Licitações e Contratos. Informações e Esclarecimentos: (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email licitacao@itacarambi.mg.gov.br, ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos

EDITAL PARA INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

LUIZ FERNANDO CHAGAS, Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Inhapim, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc.

Pelo presente Edital, na qualidade de Oficial do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Inhapim-MG, segundo as atribuições conferidas pelo Art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pelo credor da Cédula a seguir mencionada, procedo à **INTIMAÇÃO** de **ALESSANDRA CASSIMIRO DE LIMA**, brasileira, solteira, nascido em 02/10/1993, portador da identidade MG 18 856 666, expedida por P.CIV/MG e do Cpf: 122 598 856-08, residente e domiciliado na rua Chico Chumbo, nº 26, Apto. 26-C, Centro, Bugre MG, e, não encontrado(a), sendo informado por um morador próximo, Sr. Eriberto Marcolino que a casa encontra-se sem morador e que o mesmo mudou-se para a área rural do município de Bugre, supostamente no córrego Boachá, porém em local incerto ou não sabido, motivo pelo qual deixei de efetuar a intimação, sem a ciência do(a) (s) mesmo(a) (s) e entrega da contra-fé, para que se dirija a este Serviço Registral de Imóveis, situado na Rua Alberto Azevedo, nr. 554, Loja 01, na cidade de Inhapim-MG, ou à Agência da Caixa Econômica Federal em Inhapim-MG onde deverá efetuar a purga do débito que, posicionado em 08/03/2017 correspondia a **RS:2.251,39**, sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativos ao Contrato Habitacional nr. 84440808244-6, assinado em 16 de dezembro de 2014, garantido por Alienação Fiduciária, registrada sob o número R-3-17.822 Livro 2-RG, de REGISTRO GERAL, em 18 de dezembro de 2014, referente ao imóvel: **PRIMEIRO PAVIMENTO - APARTAMENTO 26-C**. Tendo como área construída de **77,260m²** contendo uma área de **72,220m²** de área privativa e **5,040m²** não da escada, dando-lhe uma fração ideal de **0,2790**, do LOTE 18 de terrenos legítimos, medindo **360,00m2 (trezentos e sessenta metros quadrados)** de terras legítimas, sendo **12,00m** de frente com a Rua Chico Chumbo; **30,00m** de lateral direita com o lote 19; **30,00m** de lateral esquerda com o lote 17 e **12,0m** de fundos com Maria Aparecida Marques. Sua área privativa é composta por: 01 garagem descoberta, 01 escada de acesso ao primeiro pavimento, 01 sacada, 01 sala, 01 hall, 01 cozinha, 01 área de serviço, 01 banheiro, 02 quartos, piso de cerâmica, pintura acrílica, estrutura de concreto, paredes de alvenaria. Esta unidade está localizada na Rua Chico Chumbo (Norte), nº 26-C, "Condomínio Oliveira e Costa 01", Centro, na cidade de Bugre-MG, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir da terceira e última publicação deste Edital nesse Jornal.

Serve também este Edital para que o(a) mesmo(a) fique cientificado(a) de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do Art. 26 § 7º da Lei 9.514/97.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Inhapim, Estado de Minas Gerais, aos oito (08) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e dezessete (2017)- Eu, (a), Luiz Fernando Chagas - Oficial, o digitei e assino.-

Luiz Fernando Chagas
Escrivão Substituto

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA MINAS GERAIS		
CNPJ: 17.441.312/0001-33		
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2016		
	2016	2015
ATIVO		
CIRCULANTE		
DISPONÍVEL		
CAIXA	10.438,39	3.392,90
BANCOS C/MOVIMENTO	3.174,42	21.839,57
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	70.530,19	181.589,62
	84.143,00	206.822,09
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		
ASSOCIADOS	636.393,63	586.631,05
RESPONSÁVEIS POR SUPRIMENTO	3.751,00	27.767,51
DEVEDORES DIVERSOS	802.910,56	678.894,27
	1.443.055,19	1.293.292,83
PERMANENTE		
INVESTIMENTOS		
TERRENOS N/ DESTINADOS A USO	208.994,10	208.994,10
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	80.300,00	80.300,00
DIREITOS DE USO	5.351,00	5.351,00
	294.645,10	294.645,10
IMOBILIZADO		
IMOBILIZAÇÕES TÉCNICAS	520.486,17	519.346,07
IMÓVEIS DE USO	4.132.444,62	4.123.741,33
	4.652.930,79	4.643.087,40
TOTAL DO ATIVO	6.474.774,08	6.437.847,42
PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
FORNECEDORES	10.240,07	3.219,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	27.779,52	26.641,28
PREMIOS DE SEGUROS A PAGAR	834.564,31	732.759,60
TRIBUTOS A RECOLHER	0,00	35,71
CONVÊNIO	744,37	709,24
CREDORES DIVERSOS	24.412,01	37.304,81
SALÁRIOS A PAGAR	39.437,95	36.477,90
FUNDO DE RESERVA A TÍTULO IV CAP. II	7.789,28	7.789,28
	944.967,51	844.936,82
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PATRIMÔNIO SOCIAL	2.356.937,39	2.420.041,12
REAVALIAÇÃO	3.172.869,18	3.172.869,18
	5.529.806,57	5.592.910,60
TOTAL DO PASSIVO	6.474.774,08	6.437.847,42
	2016	2015
RECEITAS OPERACIONAIS.....	1.870.374,76	1.798.005,34
DESPESAS C/ MANUTENÇÃO.....	-1.419.498,29	-1.384.780,42
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO.....	450.876,47	413.224,92
DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	-489.244,73	-592.128,89
RESULTADO OPERACIONAL.....	-38.368,26	-178.903,97
RECEITAS FINANCEIRAS.....	8.845,11	18.972,31
DESPESAS BANCÁRIAS.....	-33.580,88	-36.700,62
RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	-63.104,03	-196.632,28
BELO HORIZONTE, 31 DE DEZEMBRO DE 2016.		
RAIMUNDO ANTÔNIO GONÇALVES	DESIO GUEDES DE OLIVEIRA	
PRESIDENTE	52378/TCRCMG	
PARECER DO CONSELHO FISCAL: Diante da regularidade verificada nos demonstrativos apresentados mensalmente, somos pela aprovação das contas pela Assembleia Geral. As despesas com Alcobaça apropriadas como devedores diversos, serão compensadas quando efetivada a venda do imóvel.		

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE REVOGAÇÃO
A PREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG - torna público a revogação do Processo Licitatório nº 061/2017, Pregão Presencial nº 018/2017. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção na iluminação pública (incluindo material e ferramental adequado), conforme descrito em termo de referência anexo ao edital. Informações no setor de licitações e através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br.
Pregoeira oficial: **Marcela Ribeiro**

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Munhoz
Edital de Leilão 001/2017 - Proc. 073/2017-Leiloeiro **Lucas Rafael Antunes Moreira**, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão em 18/05/2017, às 13:00 horas, Câmara Municipal-Rua Dom Otávio, 26, Centro, Munhoz/MG, os bens inservíveis desta Prefeitura, sendo veículos, ônibus, motocicletas e máquina. Local de visitação: Garagem da Prefeitura- Rua Vereador Romeu Mancinelli, s/n, Centro, Munhoz/MG. Dias de visitação: 10/05/2017 a 18/05/2017 no horário de 08:00 às 11:00 e de 13:00 às 16:00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.lucasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTIANO OTONI
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2017
O município de Cristiano Ottoni - MG, torna público que fará realizar PL Nº 35/2017, Tomada de Preços Nº 06/2017, para contratação de empresa objetivando aquisição de veículos semi novos (caminhão e ônibus) em boas condições, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cristiano Ottoni. Dia 12/05/2017 às 09h00min. O edital na íntegra poderá ser acessado no site <http://www.cristianoottoni.mg.gov.br/>.
C. Ottoni, 26/04/2017.
Harlon Sordi de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA
Pregão Presencial 021/2017
O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Guiricema - MG comunica aos interessados que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 021/2017, PRC 086/2017, adotando o critério de MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE tendo como objeto a contratação futura e eventual destinada à locação de palco e camarim, sonorização, iluminação, banheiros químicos, barracas, equipe de apoio, telão, bandas de música e tendas para as festividades tradicionais do Município e eventos culturais e sociais que acontecerão nos próximos meses, cuja Sessão Pública para o recebimento das Propostas se dará no dia 11 de Maio de 2017, às 13:30 horas, na Sala de Licitações desta Prefeitura. O edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Guiricema.
Guiricema (MG), 26 de Abril de 2017.
Antônio Márcio Coutinho Oliveira Júnior, Pregoeiro.

EDITAL
CARLOS HENRIQUE SALES. 2º Oficial do Registro de Imóveis de Belo Horizonte, em pleno exercício do cargo, na forma da lei, etc., FAZ SABER, a todos quantos possa interessar, e especialmente a CARLA DE OLIVEIRA CORREA, CPF 014.087.627-81, que foi requerida pelo credor BANCO INTERMEDIUM S/A a sua INTIMAÇÃO para adimplir o CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO nº 2013102708, garantido por alienação fiduciária do imóvel constituído pelo apto. APTO. 1301, BLOCO 02, à rua Groelândia, 401, bairro Sion, Belo Horizonte, objeto da matrícula nº 76.182, deste Serviço Registral. As diligências de intimação levadas a efeito pelo Oficial do 2º Registro de Títulos e Documentos, esta deixou de ser entregue ao destinatário em razão de estar se ocultando em receber o documento, conforme certidão. Desta forma publica-se o presente edital para que CARLA DE OLIVEIRA CORREA dele tome conhecimento e para que no prazo de 15 (quinze) dias purgue a mora devida, perante este Oficial do Registro de Imóveis do 2º Ofício de Belo Horizonte, à rua Guajajaras, nº 771, Centro, Belo Horizonte, MG, no horário de 9:00 às 17:00, sendo que, transcorrido o prazo sem purga da mora, ficará garantido o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor da Credora, BANCO INTERMEDIUM S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei 9.514/97. O valor do débito, a 11/01/2017 era de R\$53.321,62, o qual deverá ser acrescido das prestações vencidas até a data da purgação da mora, juros, correção monetária e demais encargos legais e contratuais previstos. O pagamento poderá ser feito diretamente ao credor, caso em que o recibo deverá ser apresentado ao Ofício de Registro de Imóveis, com autorização do credor para baixa do procedimento, ou em cheque administrativo ou visado, nominal ao credor, ou seu cessionário, sendo improrrogável o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação. Dou fé. Belo Horizonte, 27 de março de 2017. O Oficial, Carlos Henrique Sales.

FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ/MG
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO nº 09.001/2017 - Considerando o parecer jurídico juntado ao Processo de solicitação de contratação da empresa GEORGE FREDERICO PORTO COSTA 00902252100, para apresentação musical do Grupo CHORO PRA CINCO, para apresentar na Oitava Noite do Chorinho da Escola de Música Maestro Elias Porfírio de Azevedo, nos dias 25 e 26/04/2017, sendo o valor total de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), conforme proposta apresentada. RATIFICO a condição de Inexigibilidade enquadrando-a no dispositivo legal previsto no art. 25, III, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Annette Akel Porfírio Borges - Presidente, 25/04/2017.
FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO DE ARAXÁ/MG
EXTRATO DE CONTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09.001/2017 - A FUNDAÇÃO CULTURAL CALMON BARRETO e a empresa, GEORGE FREDERICO PORTO COSTA 00902252100, contratam entre si a apresentação musical do Grupo CHORO PRA CINCO, para apresentar na Oitava Noite do Chorinho da Escola de Música Maestro Elias Porfírio de Azevedo, nos dias 25 e 26/04/2017. Valor total: R\$ 5.500,00.
Annette Akel Porfírio Borges Presidente, 25/04/2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDICATO DOS EMPREGADOS DA ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS PROPRIETÁRIAS DE JORNALS E REVISTAS DE BELO HORIZONTE E EM EMPRESAS DISTRIBUIDORAS E VENDEDORAS DE JORNALS E REVISTAS E BANCAS - SINAD, entidade sindical de 1º grau registrada no Ministério do Trabalho e Emprego sob o nº 009 000 07284-6, CNPJ 16.526.634/0001-12, pelo presente Edital, e nos Termos do Estatuto e dispositivos específicos da CLT, convoco todos os companheiros Associados em pleno gozo de seus Direitos Sindicais, bem como os demais interessados, que laboram nas Empresas Jornalísticas de Belo Horizonte, componentes da Categoria Econômica do Sindicato das Empresas Proprietárias de jornais e Revistas de Belo Horizonte a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sede do Sindicato, à Rua da Bahia, nº 1.148 - 19º andar salas 1.901/1.903, bem como nas portarias dos jornais, no dia 04/05/2017, às 17:30h em primeira convocação, a fim de deliberarem o seguinte:
1) LETURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR;
2) APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO ROL DE REINDICAÇÕES A SEREM APRESENTADOS AO EMPREGADOR, PARA O PERÍODO DE 2017/2018.
3) CONCESSÃO DE PODERES À DIRETORIA DO SINDICATO PARA QUE DÊ INÍCIO AO PROCESSO DE NEGOCIAÇÕES, ASSINAR ACORDOS COLETIVOS, CONTRATOS COLETIVOS, CONVENÇÕES COLETIVAS BEM COMO ADITIVOS A ESTES, ASSIM COMO AJUZAR DISSÍDIOS COLETIVOS, OU QUAISQUER AÇÕES QUE SEJAM NECESSÁRIAS À DEFESA DO INTERESSE DA CATEGORIA, INCLUSIVE SUBSTABELEÇER TAIS PODERES;
4) DELIBERAR SOBRE CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS À ENTIDADE PROFISSIONAL, FORMA DE PAGAMENTO E REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO DO SINDICATO PROFISSIONAL OBSERVANDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 8º, III, IV, VI, 7º XXVI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O DISPOSTO NOS ARTIGOS 545, 513, ALÍNEA "E" e 462 CLT e, TAMBÉM COM O DISPOSTO NO ATIGO 8º DA CONVENÇÃO 95 DA OIT;
5) TRANSFORMAR A ASSEMBLÉIA EM CARÁTER PERMANENTE ATÉ O FINAL DO PROCESSO DE RENOVACÃO DAS NORMAS COLETIVAS DATA-BASE 01/07/2017. SE NA HORA ACIMA APRAZADA NÃO HOUVER QUORUM, OU SEJA, 2/3 (DOIS TERÇOS) DOS SINDICALIZADOS, OS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA REALIZAR-SE-ÃO ÀS 18:30 (DEZOITO E TRINTA) HORAS EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, NO MESMO DIA E LOCAL, COM QUALQUER NÚMERO DE PRESENTES, CUJAS DELIBERAÇÕES TERÃO PLENA VALIDADE RELATIVAMENTE AOS ASSUNTOS EM PAUTA.
Belo Horizonte, 26 de Abril de 2017.
a) Marco Antônio Jacob - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG
TORNAR PÚBLICO o Pregão Presencial nº 027/2017, cujo objeto é Contratação de empresa para prestação de serviços funerários com fornecimento de urnas e vestimentas, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social. Início do credenciamento: 10/05/2017 às 08h00min, abertura da sessão logo após o fim do credenciamento. Edital disponível no site: <http://www.pontochique.mg.gov.br>. Esclarecimentos pelo e-mail: licitacao@pontochique2017@gmail.com.
José Geraldo Alves Almeida.
Prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG
TORNAR PÚBLICO o Pregão Presencial nº 028/2017, cujo objeto é Aquisição de materiais e equipamentos médico-hospitalares. Início do credenciamento: 11/05/2017 às 08h00min, abertura da sessão logo após o fim do credenciamento. Edital disponível no site: <http://www.pontochique.mg.gov.br>. Esclarecimentos pelo e-mail: licitacao@pontochique2017@gmail.com.
José Geraldo Alves Almeida.
Prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTIANO OTONI
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017
O município de Cristiano Ottoni - MG, torna público que fará realizar PL Nº 34/2017, Tomada de Preços Nº 05/2017, para contratação de empresa especializada objetivando reforma/restauro do altar mor da Igreja do distrito de São Caetano (bem tombado pelo patrimônio histórico municipal), conforme solicitação feita pelo secretário, de Cultura, Esporte, lazer, Turismo e Patrimônio. Dia 12/05/2017 às 13h00min. O edital na íntegra poderá ser acessado no site <http://www.cristianoottoni.mg.gov.br/>.
C. Ottoni, 26/04/2017.
Harlon Sordi de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017
O Município de Itaubim torna público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial - Tipo: Menor Preço por lote, destinado a contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviços de Locação de Tendas, Palco, Fechamentos, Sonorização, iluminação e estruturas diversas para eventos, no sistema de Registro de Preços. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia: 16/05/2017, às 09:00 horas. A cópia do Edital Nº 032/2017, PAL Nº 043/2017, Pregão Presencial Nº 024/2017, bem como esclarecimentos e informações poderão ser obtidos no Departamento Municipal de Licitação e Patrimônio, situado na Rua Belo Horizonte, 360, Centro, CEP: 39.625-000 - Itaubim/MG, Fone: (33) 3734-1157, site: www.itaobim.mg.gov.br.
Robson José Chaves - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG
Proc. Licitatório nº. 073/2017, Tomada de Preços nº. 019/2017, Objeto: aquisição parcelada de medicamentos, para a Secretaria de Saúde de Grão Mogol, conforme especificações constantes no edital.
Credenciamento: 16/05/2017 a partir das 13:00hs, E-mail: licitagraumogol@hotmail.com.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO MOGOL/MG
Proc. Licitatório nº. 074/2017, Tomada de Preços nº. 020/2017, Objeto: aquisição parcelada de materiais odontológicos para o CEO do município de Grão Mogol, conforme especificações constantes no edital.
Credenciamento: 16/05/2017 a partir das 14:00hs, E-mail: licitagraumogol@hotmail.com.
Eleazar Pereira - Presidnet da CPL.

COMARCA DE POUSO ALEGRE - MG. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS
- O Bel. Sergio Franco de Oliveira Júnior, MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., vem, pelo presente, CITAR os requeridos PA SAT COMÉRCIO DE APARELHOS ELETRÔNICOS, inscrita no CNPJ sob nº 05.506.778/0001-90, e CRESO JOSÉ DA COSTA, portador do CPF nº 589.731.256-72, com endereço em local incerto e não sabido, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o pagamento da importância de R\$170.225,88 (cento e setenta mil duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos), acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), ou a entrega da coisa, se for o caso, hipótese em que ficará isento do pagamento de custas processuais. Os réus poderão embargar a ação, caso queiram, no mesmo prazo, sendo que, rejeitados os embargos, constituir-se-á de pleno direito o Título Executivo Judicial, convertendo-se este Mandado em Mandado Executivo. OBS.: Os réus poderão valer-se dos benefícios do art. 916 do CPC, se for o caso. Tudo conforme consta dos autos da ação de MONITÓRIA proposta pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A contra PA SAT COMÉRCIO DE APARELHOS ELETRÔNICOS LTDA e OUTRO, PROCESSO 5000080-91.2015.8.13.0525. E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei e afixado no local de costume. Permanecendo em silêncio os requeridos, a defesa de seus direitos caberá a curador nomeado por este Juízo. Pouso Alegre, 29 de Março de 2017.

SINDICATO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - "CONVOCAÇÃO"
O Presidente do Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais, vêm pelo presente edital convocar todos os engenheiros servidores da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, sócios e não-sócios do sindicato, para Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 02-05-2017 (terça-feira), às 14:00h em primeira convocação e às 15:00h em segunda convocação, no Parque Ecológico situado na R. Libério Augusto Guimarães, 892 - Várzea Alegre, Ribeirão das Neves, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e deliberação da pauta de reivindicações a ser apresentada à Administração Municipal; 2) Discussão e deliberação sobre a unificação da campanha salarial com outras categorias; 3) Autorizar ao Senge-MG para negociar e praticar todos os atos necessários ao acordo com a Administração Municipal; 4) Deliberação sobre medidas de mobilização e defesa da categoria profissional durante o processo de negociação, inclusive greve e pagamento dos dias parados; 5) Deliberação para instalação de estado de assembleia permanente até o fim da campanha salarial; 6) outros assuntos de interesse da categoria. Belo Horizonte, 27 de abril de 2017. (a) Raul Otávio Silva Pereira - Presidente Senge Minas Gerais.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE RMX PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. CNPJ.: nº 11.517.746/0001-93.
Aos 24 dias do mês de abril de 2017, às 8h50min, na sede da Companhia, rua Padre Eustáquio, 924, sala 03, Carlos Prates, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.710-580, reuniram-se, em primeira convocação, todos os acionistas com direito a voto, conforme livro de presenças.
CONVOCAÇÃO: Dispensada pelo comparecimento da totalidade dos acionistas da Companhia QUORUM: Acionistas titulares da totalidade do capital social. MESA: RAGHEB HAMADE FILHO, Presidente, e GEIZA DE FATIMA DE OLIVEIRA SANTOS, Secretária.
ORDEM DO DIA: 1- Redução do capital social até o montante dos prejuízos acumulados dos exercícios 2015/2016, no valor de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais); 2 - Resgate e cancelamento de 315.000 (trezentos e quinze mil) ações junto aos acionistas, sem restituição aos acionistas ou diminuição do seu valor, face a redução do capital social. 3 **Aprovação das demonstrações financeiras e das contas** - 4 - reforma do Estatuto Social para refletir as alterações aprovadas; **DELIBERAÇÕES:** 1 - Por unanimidade, aprovada a redução do capital social para R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), pela absorção de parte dos prejuízos acumulados dos exercícios de 2015/2016, apurados em R\$ 358.147,10 (Trezentos e cinquenta e oito mil cento e quarenta e sete reais e dez centavos); capital, este, já totalmente subscrito e integralizado. 2 - Por unanimidade, aprovado o resgate e cancelamento de 315.000 (trezentos e quinze mil) ações, proporcionalmente, junto aos acionistas, sem reembolso, para efeito de manutenção do valor nominal das quotas, frente a redução do capital efetivada, nas seguintes razões: I: 31.500 (trinta e um mil e quinhentas) ações ordinárias de "Classe A". II - 126.000 (cento e vinte e seis mil) ações ordinárias de "Classe B"; III - -157.500 (cento e cinquenta e sete mil e quinhentas) ações preferenciais de "Classe A". 5 - REFORMA DO ESTATUTO: Por unanimidade, aprovado o texto do novo estatuto consolidado, para refletir as alterações promovidas, conforme assinado pelos presentes, determinando ao presidente da assembleia que o presente, para arquivamento na junta comercial, por ato em separado, fazendo, nele constar, o NIRE e CNPJ, bem como sua assinatura e ou a do secretário. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encorrou a assembleia e lavrou-se a presente Ata Sumária, que após lida foi aprovada e assinada pelos presentes. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da que está lavrada no livro próprio, assinada por Ragheb Hamade Filho, acionista, por si e na qualidade de representante de Minesses Gerais Ltda, acionista, pelo presidente da assembleia Ragheb Hamade Filho, e pela secretária da assembleia, Geiza de Fátima de Oliveira Santos e que são autênticas as assinaturas constantes do livro de presenças.
(assinam a seguir o presidente e o secretário da assembleia).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG
Processo 086/17-PP 023/17- Objeto: Aquisição de material esportivo - Credenciamento 11/05/2017-09:00hs. (38)3251-6509 - licitacao@bocaiuva.mg.gov.br - Rodrigo N. Rabelo - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO ACIMA/MG
Torna pública a abertura de Tomada de Preço nº 002/2017 - PAL nº 025/2017 no dia 26/05/17 às 10h:00. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em Assessoria e Consultoria Técnico-Contábil ao Município de Rio Acima- MG. O edital na íntegra estará disponível no setor de licitações na Rua Antonio Carlos, 40 - Centro ou www.prefeiturarioacima.mg.gov.br. informações:(31) 3545-1286 ou licitacao@prefeiturarioacima.mg.gov.br.
Maria Auxiliadora Ribeiro
Prefeita Municipal.

ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIB D N(00132)
RICARDO VILANOVA CORREA - ME
CNPJ: 01367181000151
Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2016

Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
Ativo (5)			
Circulante (10)			
Disponível (15)			
Numerários em caixa (20)			
Caixa (25)	1.1.01.01.01	267,610	410,790
=Numerários em caixa		*****267,610	*****410,790
Banco conta movimento (30)			
Banco do Brasil C/C 25234 (35)	1.1.01.02.01	0,000	0,000
Banco do Brasil C/C 42211 (45)	1.1.01.02.03	0,000	0,000
Banco do Brasil C/C 26541 (47)	1.1.01.02.04	0,000	0,000
Banco do Brasil C/C 45333-1 (51)	1.1.01.02.06	19.906,050	0,000
Banco do Brasil C/C 45334-x (53)	1.1.01.02.07	0,000	0,000
Banco do Brasil C/C 45228-9 (57)	1.1.01.02.08	0,000	0,000
=Banco conta movimento		*****19.906,050	*****0,000
Aplicações (50)			
Aplicação 42211 (55)	1.1.01.03.01	24.021,930	6.233,850
Aplicação 25234 (60)	1.1.01.03.02	5.580,970	64.798,290
Aplicação 26541 (70)	1.1.01.03.04	230,010	4.825,570
Aplicação 45333-1 (82)	1.1.01.03.07	0,000	0,000
Aplicação 45334-x (84)	1.1.01.03.08	0,000	529,200
Aplicação 45228-9 (86)	1.1.01.03.09	0,000	750,670
=Aplicações		*****29.832,910	*****77.137,760
=Disponível		*****50.006,570	*****77.548,550
=T o t a l - Circulante		*****50.006,570	*****77.548,550
Ativo Não Circulante (370)			
Imobilizado (435)			
Imóveis (440)			
Terrasos (445)	1.2.03.01.01	372.910,110	372.910,110
Edificações (450)	1.2.03.01.02	303.560,330	303.560,330
Obras em Andamento (452)	1.2.03.01.03	77.235,710	77.235,710
=Imóveis		***753.706,150	***753.706,150
Máquinas e equipamentos (465)			
Máquinas e equipamentos (470)	1.2.03.03.01	16.077,950	16.077,950
=Máquinas e equipamentos		*****16.077,950	*****16.077,950
Informática (475)			
Equipamentos de Informática (480)	1.2.03.04.01	7.307,770	7.307,770
Equipamentos de Foto (482)	1.2.03.04.02	706,890	706,890
=Informática		*****8.014,660	*****8.014,660
Móveis e utensílios (485)			
Móveis e Utensílios (490)	1.2.03.05.01	17.521,540	17.521,540
=Móveis e utensílios		*****17.521,540	*****17.521,540
Veículos (495)			
Veículos (500)	1.2.03.06.01	26.103,000	26.988,830
=Veículos		*****26.103,000	*****26.988,830
=Imobilizado		***821.423,300	***822.309,130
Depreciação Acumulada (545)			
Depreciação Acumulada Imobilizado (550)			
(-) Depreciação Acum. Aquis. Máquinas e Equipamento (565)	1.2.04.01.03	1.628,320	1.628,320
(-) Depreciação Acum. Aquis. Informática (570)	1.2.04.01.04	35,000	35,000
(-) Depreciação Acum. Aquis. Móveis e Utensílios (575)	1.2.04.01.05	16.707,860	16.707,860
=Depreciação Acumulada Imobilizado		*****18.371,180	*****18.371,180
=Depreciação Acumulada		*****18.371,180	*****18.371,180
=T o t a l - Ativo Não Circulante		***803.052,120	***803.937,950
=T o t a l - Ativo		***853.058,690	***881.486,500

Descrição	Classificação	Exercício Anterior	Exercício Atual
Passivo (680)			
Circulante (685)			
Tributos e Contribuições (790)			
Tributos e Contribuições (795)			
INSS a Recolher (820)	2.1.05.01.05	0,000	22.797,320
FGTS a Recolher (825)	2.1.05.01.06	0,000	4.008,590
=Tributos e Contribuições		*****0,000	*****26.805,910
Retenções de Imposto e Contribuições (840)			
Imposto de Renda Retido na Fonte - de Funcionários (845)	2.1.05.02.01	0,000	213,510
Pis sobre folha (882)	2.1.05.02.09	0,000	668,010
=Retenções de Imposto e Contribuições		*****0,000	*****881,520
=Tributos e Contribuições		*****0,000	*****27.687,430
Obrigações com Pessoal (930)			
Salários (935)			
Salários a Pagar (940)	2.1.06.01.01	0,000	43.521,760
=Salários		*****0,000	*****43.521,760
Contribuição Sindical (1037)			
Contribuição Sindical (1039)	2.1.06.09.01	0,000	0,000
=Contribuição Sindical		*****0,000	*****0,000
=Obrigações com Pessoal		*****0,000	*****43.521,760
=T o t a l - Circulante		*****0,000	*****71.209,190
Patrimônio líquido (1170)			
Reservas (1195)			
Reservas de Capital/Reservas Patrimoniais (1200)			
Reservas Social (1212)	2.3.02.01.03	111.656,280	111.656,280
Bens Múveis (1214)	2.3.02.01.04	19.149,570	19.149,570
Edificações (1216)	2.3.02.01.05	303.560,330	303.560,330
Lotes 4 e 6 Q10 b v. Mariana (1218)	2.3.02.01.06	372.910,110	372.910,110
=Reservas de Capital/Reservas Patrimoniais		***807.276,290	***807.276,290
=Reservas		***807.276,290	***807.276,290
Prejuízos/Déficits Acumulados ou Resultado (1325)			
Prejuízos/Déficits Acumulados (1330)			

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIÚVA/MG

Extrato de Ata de Registro de Preço - Pregão Presencial nº 004/2017 - Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de gases medicinais. Ata de registro de preço nº 002/2017 - Parte: Carlos Aparecido Pereira da Silva - EPP. Valor: R\$ 11.450,00 - Vigência: 30/03/2018. Bocaiúva/MG, 30 de Março de 2017. Sirlene Kátia da Silva Tiago - Diretora Geral.

Extrato de Ata de Registro de Preço - Pregão Presencial nº 016/2017 - Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais médicos hospitalares. Ata de registro de preço nº 038/2017 - Parte: Comercial 4 Irmãos Ltda-ME. Valor: R\$ 180.625,00 - Vigência: 20/04/2018. Bocaiúva/MG, 20 de Abril de 2017. Sirlene Kátia da Silva Tiago - Diretora Geral.

Extrato de Ata de Registro de Preço - Pregão Presencial nº 016/2017 - Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais médicos hospitalares. Ata de registro de preço nº 039/2017 - Parte: Supermercado Vieira Ltda-EPP. Valor: R\$ 236.371,00 - Vigência: 20/04/2018. Bocaiúva/MG, 20 de Abril de 2017. Sirlene Kátia da Silva Tiago - Diretora Geral.

**AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 015/2017
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2017**

O MUNICÍPIO DE MATIAS CARDOSO-MG, realizará, no dia 19/05/2017 às 09:00 horas, em sua sede a Avenida Hudson Charles, nº.2, Alto Bonito, Matias Cardoso-MG, Credenciamento para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para merenda escolar, conforme especificações constante do edital, cuja cópia poderá ser adquirida no referido endereço, no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 hs, nos dias úteis, no email licitacao@matiascardoso.mg.gov.br, no site www.matiascardoso.mg.gov.br ou fone 38-3616-3197. Matias Cardoso- MG, 26 de abril de 2017. Fabrício de Souza Costa. Presidente da CPL.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Prazo de 15 dias. Priscilla Bolivar Moreira Menicucci, Oficial Interna do Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, nos termos do artigo 26 da Lei 9.514, de 20/11/1997, a requerimento da Credora Fidejuciaría, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF, CNPJ.00.360.305/0001-04, conforme Contrato nº 85555302363 de 06.07.2010, com relação ao imóvel constituído pelo Apartamento 303, do Edifício Portugal, do Residencial Padre Eustáquio V, situado à Rua Humaitá, nº 1050, na Vila Padre Eustáquio, nesta Capital, com alienação fidejuciaría registrada sob o nº 11 da matrícula nº 54849 desta Serventia, constando como Devedora Fidejuciaría, LUCIANA DE OLIVEIRA VIEIRA GONÇALVES, CI 32.130.631-4 SSP/SP, CPF.258.247.628-56, conforme certificado pelo 2º Serviço de Registro de Títulos e Documentos desta Capital, em 15.03.2017 (Reg. nº 1230857), que no endereço à Avenida dos Engenheiros, nº 630 Apto. 01, Castelo, nesta capital, não foi entregue uma via da Intimação à Devedora Fidejuciaría, porque se mudou. Em diligência no endereço mencionado, no dia 14.03.2017, não foi possível manter contato com pessoas no imóvel. Foi realizado então, contato com a Sra. Rosângela, que se apresentou como moradora no apto 02 e síndica do condomínio e que informou que a notificanda se mudou, não sabendo informar o seu novo endereço. Sendo certificado ainda (Reg. nº 1230868), que no endereço à Rua Humaitá, nº 1050, Apto 303, Padre Eustáquio, nesta capital, não foi entregue uma via da intimação à referida Devedora Fidejuciaría, porque se mudou. Em diligência a este endereço, no dia 15.03.2017, foi feito contato com o Sr. Cristiano, que se apresentou como atual morador no imóvel e que informou que a notificanda se mudou, não sabendo informar o seu novo endereço. Considerando os endereços indicados para notificação e face às diligências realizadas, a Devedora está em local incerto e ignorado. Diante das certidões acima descritas, através do presente Edital, fica INTIMADA a referida Devedora Fidejuciaría para pagar no prazo de 15 (quinze) dias, a importância de R\$4.882,98 (valor atualizado em 28/03/2017), comparecendo no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, à Rua São Paulo, 684, loja 8, Centro, nesta Capital, ou preferencialmente junto à cidade Credora Fidejuciaría, e satisfazendo as obrigações contradas no aludido contrato, efetuando o pagamento da citada importância, correspondente às prestações vencidas, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, bem como as prestações que se vencerem até a data do efetivo pagamento (§ 1º do artigo 26 da Lei 9.514/97); ficando desde já, CIENTE de que o não cumprimento da obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da cidade Credora Fidejuciaría, nos termos estabelecidos pelo artigo 26 § 7º da Lei 9.514/97. Belo Horizonte, 28 de março de 2017. Oficial.

Silvestre Nery
Oficial Substituto
3º Ofício R.I.B.H.MG



**LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG

Torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 09/2017, cujo objeto é: "Aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletrônicos em atendimento às Secretarias Municipais". A sessão de credenciamento do certame ocorrerá no dia 11/05/2017, horário: 09:30h, e a sessão de Julgamento das Propostas e Habilitação ocorrerá no dia 12/05/2017, horário: 09:30h, local: Sala de Licitações, Rua Eduardo Cozac, nº 357, Centro, Sarzedo/MG. Edital pelo website: www.sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo, 26 de Abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG

Torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial nº 22/2017, cujo objeto é: "Registro de Preços para o reabastecimento de galões de água mineral e botijões de gás GLP e aquisição de galões de água mineral para atendimento as Secretarias Municipais, com prioridade de disputa e de contratação para micro empreendedor individual, micro empresa ou empresa de pequeno porte (MEI, ME ou EPP, conforme artigo 48, I, LC 123)". A sessão pública de abertura do certame ocorrerá no dia 16/05/2017, horário: 09:30h, local: Sala de Licitações, Rua Eduardo Cozac, nº 357, Centro, Sarzedo/MG. Edital pelo website: www.sarzedo.mg.gov.br. Sarzedo, 26 de abril de 2017.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DO SRS.

HUGO LEONARDO SOUZA OLIVEIRA

O Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo-MG, na forma da lei, etc., FAZ SABER A QUANTOS ESTE VIREM OU DELE TIVEREM NOTÍCIA, que cumprindo o disposto no Art. 26 da Lei 9.514/97, e a requerimento da Credora, do contrato de financiamento imobiliário nº 855553136449-9, garantido por Alienação Fidejuciaría, registrado sob o nº R-02 na matrícula nº 32483, desta Serventia, referente ao imóvel situado na RUA VITAL BATISTA, Nº 23, APARTAMENTO 07, BLOCO 02, LAGOA DE SANTO ANTÔNIO, EM PEDRO LEOPOLDO/MG, CEP: 33.600-000, fica(m) intimado(s) o(s) devedor (es) Srs. HUGO LEONARDO SOUZA OLIVEIRA, CPF: 084.082.246-46, a cumprir(em) as obrigações contratuais relativas aos encargos vencidos. Os valores dos encargos estarão sujeitos a atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança, somando-se também, os encargos que se vencerem nesse período. O Cartório está situado à Rua Comendador Antônio Alves, 451, Centro, Pedro Leopoldo-MG, e a Caixa Econômica Federal, na Rua Tupinambás, 486 - 8º andar, Centro, em Belo Horizonte - MG, onde deverá ser efetuada a purga do débito, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias contados a partir da última publicação deste edital. O não cumprimento da referida obrigação garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em nome da credora/fidejuciaría - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - nos termos do artigo 26, § 7º, da Lei n. 9.514/97. Pedro Leopoldo, 29 de Março de 2017. O Oficial, Césio Rosa Pereira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Modalidade: Chamamento Público nº 002/2017. Objeto: Contratação de serviços de arbitragem para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude nas competições esportivas previstas para o ano de 2017. Os envelopes de documentação poderão ser entregues até o dia 22/05/2017, às 17:00 horas, no endereço Rua da Glória nº394 Centro Diamantina/MG CEP:39100-000. Cópia completa do edital também pode ser obtida no endereço eletrônico www.diamantina.mg.gov.br. Diamantina, 26 de abril de 2017. Mariana Nominato da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 005/2017

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete comunica a homologação do presente processo, objeto: a Prestação de serviço de caminhão tipo "munk" para atender as demandas da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, neste Município. Licitante Vencedor: TERRAPLENAGEM SÃO SEBASTIÃO LTDA -ME. Item: Único; Valor Global: R\$239.500,00;

**Conselheiro Lafaiete, 26 de abril de 2017
Mario Marcus Leão Dutra- Prefeito Municipal.**

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO Nº 0013/2017

O Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete comunica a homologação do presente processo, objeto: Contratação de ME ou EPP para Prestação de Serviços de Equipe de Apoio especializado para atender a fase Municipal dos Jogos Escolares de Minas Gerais - JEMG/XX Olimpíada Escolar, que será realizada pela Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Esportes e Lazer nos dias 02/05/2017 a 06/05/2017, neste Município. Licitante Vencedor: PROSERVICE SERVIÇOS E EVENTOS LTDA-ME.Item: Único; Valor Global: R\$8.450,00;

**Conselheiro Lafaiete, 26 de abril de 2017
Mario Marcus Leão Dutra- Prefeito Municipal.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Hugo Flávio Lobato Marinho, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pará de Minas-MG, na forma da Lei, etc., Faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento, que pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, inscrita no CNPJ/MF 00.360.305/0001-04 na qualidade de credora fiduciária do Contrato Particular de Compra e Venda com força de Escritura Pública - P/MCMV nº. 8.444.0291649-3, datado de 11/03/2013, devidamente registrado em 09 de abril de 2013, na matrícula nº 56.260, de nossa Serventia, referente a uma CASA DE RESIDÊNCIA B do "RESIDENCIAL MACIEL CORDEIRO", situada na RUA VICENTE LUIZ DA COSTA, nº. 424, BAIRRO SÃO PEDRO, nesta cidade e comarca de PARÁ DE MINAS-MG e sua respectiva FRAÇÃO IDEAL de 0,1000 no LOTE DE TERRENO de nº. 01 da QUADRA R-1, e após tentativas de intimação administrativa via Cartório de Registro de Títulos e Documentos, intimo o Sr. EDGAR JACOB LEMOS, brasileiro, divorciado, motorista, CI nº. MG-10295774-SSP/MG, CPF nº 037.210.236-09, para que o mesmo venha cumprir as obrigações contratuais vencidas, no valor declarado de R\$ 2.851,11 (dois mil, oitocentos e cinquenta e um reais e onze centavos), na data de 18/03/2017, mais as prestações vencidas após, as despesas com as cobranças e intimações. - Fica, portanto, INTIMADO o Sr. EDGAR JACOB LEMOS, para que no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da 3ª e última publicação deste EDITAL, se dirija a este Cartório de Registro de Imóveis, situado na Rua Manoel Batista, nº. 175, sala 202, Centro, nesta cidade de Pará de Minas-MG, para purgar o débito, certificando que, o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado garante o direito de consolidação da propriedade de imóvel em favor da credora fiduciária CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, inscrita no CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, nos termos do § 7º. do artigo 26 da mesma Lei 9.514/97, já citada. - E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente EDITAL, que será publicado por três dias, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Pará de Minas, aos 05 de abril de 2017. P/Oficial (a) Francisco Antônio Eleutério Flores.



ECOVITAL CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL S.A.

CNPJ Nº 13.505.470/0001-59

Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 da ECOVITAL Central de Gerenciamento Ambiental S.A.. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Rio de Janeiro, 27 de março de 2017. A Diretoria

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	2.300	1.101
Contas a receber de clientes	1.124	850
Impostos a recuperar	212	41
Adiantamento a fornecedores	2.676	2.676
Outras contas a receber	53	52
	6.365	4.720
Não circulante		
Imobilizado	26.879	27.448
	26.879	27.448
	33.244	32.168

Passivo	2016	2015
Circulante		
Fornecedores	1.266	1.058
Empréstimos e financiamentos	2.225	2.206
Obrigações fiscais	204	146
Obrigações com pessoal	567	468
	4.262	3.878
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	24.212	24.614
	24.212	24.614

Patrimônio Líquido	2016	2015
Capital social	29.848	29.848
Prejuízos acumulados	(25.078)	(26.172)
	4.770	3.676
	33.244	32.168

Demonstrações dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.094	(5.121)
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades:		
Depreciação	613	407
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos	3.054	4.699
	4.761	(15)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber	(274)	(819)
Aumento (redução) em imposto a compensar	(171)	73
Aumento (redução) em outros ativos	(1)	716
Aumento em fornecedores	208	981
Aumento em obrigações fiscais a pagar	58	115
Aumento em obrigações com pessoal	99	190
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	4.680	1.241
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição / baixa de ativo imobilizado	(44)	236
Recursos líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimento	(44)	236
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital Social	-	27.586
Recuperação de mútuo	-	4.113
Pagamento de mútuo	-	(27.069)
Aumento de empréstimos e financiamentos	1.700	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2.083)	(1.471)
Juros sobre financiamentos	(3.054)	(4.699)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(3.437)	(1.540)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.199	(63)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	1.101	1.164
No final do exercício	2.300	1.101
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.199	(63)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	Capital social	Adiant. para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	262	2.000	(21.051)	(18.789)
Aumento de capital com adiantamento	2.000	(2.000)	-	-
Aumento de capital	27.586	-	-	27.586
Prejuízo do exercício	-	-	(5.121)	(5.121)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	29.848	-	(26.172)	3.676
Lucro líquido do exercício	-	-	1.094	1.094
Saldos em 31 de dezembro de 2016	29.848	-	(25.078)	4.770

"As notas explicativas completas e as demonstrações contábeis estão a disposição para consulta na sede da empresa"

DIRETORIA

Paulo Marcio Simões Sebastião da Costa Pereira Neto André Luis Pereira Gomes

CONTADOR

Walter Luis da Silva Junior - CRC-RJ 093.575/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas da EcoVital Central de Gerenciamento Ambiental S.A. - Sarzedo - MG. Opinião sem ressalva - Examinamos as demonstrações contábeis da EcoVital Central de Gerenciamento Ambiental S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoVital Central de Gerenciamento Ambiental S.A., em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000). **Base para opinião sem ressalva** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e de governança pelas demonstrações contábeis** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das

demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Sarzedo, 27 de março de 2017. Lopes, Machado - Auditores, Consultants & Business Advisers - CRC-RJ-2026-0 - Independent Member of BKR International. Mário Vieira Lopes - Contador - CRC-RJ 60.611/O-0 "S" MG; José Carlos de Almeida Martins - Contador - CRC - RJ 036.737-0

SÉRIE DE ARROMBAMENTOS

IGREJINHA DA PAMPULHA

VIGIAS EM TODAS AS ESCOLAS PBH AUTORIZA CONTRATAÇÕES PARA REFORÇAR SEGURANÇA

MALÚ DAMÁZIO

mdamazio@hojeemdia.com.br

Todas as escolas municipais da capital estão autorizadas, a partir de hoje, a contratar vigilantes para garantir a segurança desses locais. Além das 50 instituições de ensino que já tinham a admissão desses funcionários aprovada pela prefeitura, as demais unidades também poderão solicitar a presença de vigias.

Os gestores também poderão pedir a revisão dos equipamentos de segurança da escola. Atualmente, todos os centros de ensino do município têm sistema

eletrônico de vigilância.

Conforme a PBH, a demanda será feita pelos diretores que julgarem necessária a presença de vigias ou que identificarem falhas no atual sistema eletrônico. Ainda não foi estabelecido um limite de funcionários a serem contratados por escola. Para viabilizar a medida, a verba destinada à Secretaria Municipal de Educação será readequada.

Após uma série de assaltos e invasões nas Unidades Municipais de Educação Infantil (Umeis) em março, a importância de vigilantes nas escolas da capi-

tal veio à tona. No mês passado, o Hoje em Dia mostrou que os arrombamentos nesses locais cresceram 123% de 2015 para 2016.

Segundo a prefeitura, as 50 escolas autorizadas a admitir vigias estão com contratos em processo de finalização ou acertados.

Além disso, a Guarda Municipal e a Secretaria de Educação de BH criarão a Rede de Proteção da Escola, que funcionará de forma similar à rede de vizinhos protegidos. Os moradores do entorno das unidades que identificarem movimentações suspeitas nas escolas poderão acio-

nar diretamente a Guarda Municipal para vistoria imediata.

Os diretores das escolas foram instruídos ontem a conversar com a vizinhança sobre a parceria. Os guardas também farão visitas às instituições que solicitarão a presença para analisar o nível de vulnerabilidade física do edifício.

Eles irão verificar o sistema eletrônico instalado e verá se há algum ponto em que é necessária uma intervenção, como colocação de grade, reparos estruturais ou mudança do posicionamento dos sensores de presença.

POLÍCIA CIVIL INDICIA PICHADOR

O autor do livro "Perfeitaísmo" foi considerado pela Polícia Civil como responsável por pichar o título da obra na Igreja da Pampulha, em março deste ano. Wesley Abreu da Silva, de 34 anos, será indiciado hoje por vandalizar o principal cartão postal da capital mineira, de acordo com a corporação.

Inicialmente, a polícia ouviu Wesley na expectativa de que ele pudesse dar informações sobre o livro que fossem úteis para encontrar os pichadores. No entanto, o inquérito policial constatou a autoria do crime por meio da análise das

câmeras de segurança do Patrimônio Cultural da Humanidade e dos laudos periciais.

O livro "Perfeitaísmo", escrito por Wesley, foi lançado em abril de 2013 e está disponível para download gratuito na internet. O termo se refere a uma tese político-financeira que prega uma sociedade com pessoas mais justas. A página da teoria no Facebook tem a foto do autor como capa e 42 mil curtidas.

Mais informações sobre o crime serão dadas nesta manhã pela Polícia Civil. (MD)

CLÁUDIO REIS Leilão - Imóveis em MG
5ª Feira - Dia 27/04/2017 às 13:00h. Presencial e Online
Local do Leilão: Av. Eng. Gerhard Eft, 1.525, Befim-MG
Imóveis Residenciais em MG
Candeias, Muzambinho, Passos, Uberlândia
www.claudioreisleiloeiro.com.br (31) 3343-6008

HOJE EM DIA
LEIA E ASSINE
(31) 3253-2222
(PROVISÓRIO)

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2017
LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E PARA AMPLA CONCORRÊNCIA CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM" SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para aquisição de medicamentos, em atendimento à Secretaria acima citada. O credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 12/05/2017, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.caixa.gov.br - licitações e fornecedores - Pregão Eletrônico - navegue por: outros compradores. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 15/05/2017 e o início dos Lances na Internet será das 13:00 até às 14:00 horas do dia 15/02/2017, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 24 de abril de 2017. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO** - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS - MG
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. O Pregoeiro, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2017, tipo MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: constitui o objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para execução indireta de serviço de instalação e manutenção da rede de telefone e manutenção de portões eletrônicos para atender vários setores da Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde. Sessão dia 10/05/2017 14:00 horas.. Edital completo na Divisão de Licitação desta Prefeitura, ou pela internet no endereço: www.alfenas.mg.gov.br. Alfenas (MG), 26 de abril de 2017. Gilberto Dias França - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2017
Torna público que se fará realizar abertura de Licitação, na modalidade "Pregão Presencial nº 30/2017", do Tipo: Menor Preço, julgamento por ITEM, cujo objeto é a contratação de empresa (pessoa jurídica) ou Profissional (pessoa física), para realização de oficinas de atendimento ao público do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV e Programa Bolsa Família - PBF, conforme solicitação da Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social. Sessão dia 12/05/2017 às 09h00min.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2017
Torna público que se fará realizar abertura de Licitação, na modalidade "Pregão Presencial nº 31/2017", do Tipo: Menor Preço, julgamento por LOTE, cujo objeto é a Contratação de Serviços sem fornecimento de material para recuperação de pavimentação em bloquetes e paralelepípedos nas diversas vias públicas da sede e distritos, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Obras. Sessão dia 15/05/2017 às 09h00min. As informações inerentes a presente publicação estarão disponíveis aos interessados na Prefeitura Municipal de Manhuaçu - Setor de Licitações, situada à Praça Cordovil Pinto Coelho, 460, Centro. Tel. (33) 3339-2712, no horário de 09h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min. Através do e-mail: licitamanhuacu@yahoo.com.br ou através do site: www.manhuacu.mg.gov.br.
Manhuaçu/MG, 26 de abril de 2017
Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 023/2017
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMI/SMA/SUCON Nº 003/2017
Pelo presente termo, HOMOLOGO o PROCESSO LICITATÓRIO PMI/SMA/SUCON Nº 023/2017 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA PMI/SMA/SUCON Nº 003/2017 - Contratação de empresa para fornecimento de tubos em ferro fundido dúctil para implantação na ETA Gatos, no Município de Itabira/MG, que teve como vencedora a empresa Saint-Gobain Canalização Ltda, para todos os fins de direitos, por estar em conformidade com a Lei 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99, pelo valor global de R\$ 3.202.751,82 (três milhões, duzentos e dois mil, setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos), vinculado ao prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.
Itabira, 26 de abril de 2017.
DEOCLÉCIO FONSECA MAFRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - FHOMUV
AVISO DE LICITAÇÃO - Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: LICITAÇÃO Nº 050/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017 - do tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão: dia 11/05/2017, às 8h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.
AVISO DE LICITAÇÃO - Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: LICITAÇÃO Nº 051/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2017 - do tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS, mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão: dia 12/05/2017, às 8h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.
AVISO DE LICITAÇÃO - Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: LICITAÇÃO Nº 054/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/2017 - do tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO EQUIPAMENTO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão: dia 15/05/2017, às 14h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.
AVISO DE LICITAÇÃO - Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: LICITAÇÃO Nº 055/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2017 - do tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR (CURATIVOS), mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão: dia 16/05/2017, às 8h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.
AVISO DE LICITAÇÃO - Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: LICITAÇÃO Nº 056/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2017 - do tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR (FIOS CIRÚRGICOS), mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão: dia 16/05/2017, às 14h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.
AVISO DE LICITAÇÃO - Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: LICITAÇÃO Nº 057/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017 - do tipo "MENOR PREÇO", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR, mediante as condições estabelecidas em Edital. Data da sessão: dia 17/05/2017, às 8h. Retirada do Edital: www.fhomuv.com.br. Informações: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 - edital@fhomuv.com.br.

SONGEO MINERAÇÃO S/A.		RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO			
CNPJ: 41.799.313/0001-39		Demonstração do Resultado Apurado para o Exercício findo em 31/12/2016 em comparação a 2015 - Valores em R\$ 1,00			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 - Valores em R\$ 1,00		Demonstrativo do Fluxo de Caixa para os exercícios Ffindos de 31/12/2016 e de 2015			
	31/12/2016	2016	2015		
ATIVO	31.12.2016	31.12.2015			
CIRCULANTE	11.874.730	2.239.244			
Caixa	57	57			
Bancos Conta Movimento	1	1			
Aplicações de Liquidez Imediata	11.347.521	1.849.382			
Clientes	108.872	72.911			
Adiantamentos	-	-			
Impostos e Contribuições a Recuperar	82.606	116.457			
Outros Créditos	335.674	200.436			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	93.701	93.701			
Dividendos a Receber - Extramíl	93.701	93.701			
Emprestimo a Extramíl	-	-			
INVESTIMENTOS	828.665	223.348			
Investimentos	222.431	222.431			
Imobilizado	606.234	917			
TOTAL DO ATIVO	12.797.097	2.556.293			
PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015			
CIRCULANTE	854.542	168.861			
Fornecedores	421.514	17.438			
Obrigações trabalhistas/tributárias	433.028	151.422			
Contas a Pagar	-	-			
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	5.700	-			
Créditos	5.700	-			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.936.856	2.387.433			
Capital Social	2.360.000	2.360.000			
Reservas de Capital	57.397	57.397			
Reserva de Lucros	9.519.459	(29.964)			
TOTAL DO PASSIVO	12.797.097	2.556.293			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016 Valores em R\$ 1,00					
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldo do Exercício em 2015	2.360.000	57.397	-	(29.964)	2.387.433
Distribuição de Dividendos	-	-	-	(343.200)	(343.200)
Ajustes Exercício Anterior	-	-	-	15.335	15.335
Resultado do Exercício	-	-	-	9.876.623	9.876.623
Saldo do Exercício em 2016	2.360.000	57.397	-	9.519.793	11.936.190

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1- Contexto Operacional: A Songoeo Mineração S/A é uma sociedade anônima de capital fechado com sede e domicílio jurídico na cidade de Belo Horizonte - MG, sendo seu objeto social o aproveitamento e a exploração de jazidas de mineração, o beneficiamento e tratamento de minérios, bem como seu comércio e, inclusive, a exportação. 2- Principais práticas contábeis: A) As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei 6.404/76 e a Lei 11.638/07. B) Disponibilidades: As aplicações financeiras estão declaradas aos valores de custo e acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balanço. C) A forma de tributação adotada é o lucro presumido. 3- Capital Social: Capital Social no valor de R\$ 2.360.000,00 (dois milhões e trezentos e sessenta mil reais), dividido em 3.774.225 (três milhões, setecentos e setenta e quatro mil e duzentas e vinte e cinco) ações preferenciais e 6.075.489 (seis milhões, setenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta e nove) ações ordinárias. Original assinado pelos signatários abaixo.

SONGEO MINERAÇÃO S.A.
Vicente de Castro Sabino - Sócio Gerente
EQUILIBRIO CONTÁBIL FIDELI
Angélica Jaqueline Aparecida de Amorim - Contadora - CRCMG 85581